

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

Com relação aos itens a serem deliberados na próxima Assembleia Geral Ordinária de Acionistas (“AGO”) da Rio Paranapanema Energia S.A. (“Companhia”), **a ser realizada no próximo dia 28 de abril de 2017, às 10 horas**, a Administração da Companhia coloca à disposição dos Srs. Acionistas, a presente Proposta, conforme informações e documentos abaixo descritos:

Em relação aos itens (i) e (ii) da Ordem do Dia da AGO, relativos (a) ao exame do Relatório Anual da Administração a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes; e (b) à aprovação da destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016, a Administração da Companhia propõe aos Srs. Acionistas que, após exame e discussão a respeito do Relatório da Administração e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de janeiro de 2016, os Srs. Acionistas manifestem sua concordância quanto aos referidos documentos e, resolvam, em face dos resultados obtidos no exercício findo, aprovar a distribuição de dividendos no montante de R\$173.710.023,44 (cento e setenta e três milhões, setecentos e dez mil, vinte e três reais e quarenta e quatro centavos), a ser debitado integralmente à conta de lucros acumulados às ações representativas do capital social da Companhia e alocado às ações preferenciais e ordinárias à razão de R\$1,839499993 por ação, em cumprimento ao disposto no Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia. Os montantes brutos declarados acima, caso aprovados em AGO, serão creditados aos Srs. Acionistas até dia 30 de junho de 2017, e, portanto, sem que haja a incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração, na AGO, e efetivo crédito aos acionistas.

Nesse sentido, a Administração da Companhia informa que colocou à disposição dos Srs. Acionistas, os documentos abaixo relacionados de forma a auxiliar a análise da proposta:

- i.** Ata da 323ª Reunião de Diretoria da Companhia, realizada no dia 16.03.2017, na qual a Diretoria da Companhia (a) examinou, discutiu e aprovou o Relatório Anual da Administração, a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016; (b) deliberou sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos aos acionistas, com base em referidos documentos; e (c) aprovou o Orçamento da Companhia para o ano de 2017;
- ii.** Ata da 192ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no dia 16.03.2017, na qual o Conselho de Administração da Companhia (a) examinou, discutiu e aprovou o Relatório Anual da Administração, a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016; (b) deliberou sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos aos acionistas, com base em referidos documentos; (c) aprovou o Orçamento da Companhia para o ano de 2017, preparado pela Diretoria; e (d) decidiu convocar a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos do inciso IV do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, para que os Acionistas deliberem sobre: (i) apreciação do Relatório Anual da Administração a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016, juntamente com o Relatório dos Auditores Independentes; (ii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de

dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016; e (iii) fixação da remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social de 2017;

- iii. Ata da 94ª Reunião do Conselho Fiscal, realizada no dia 21.03.2017, por meio da qual os Conselheiros Fiscais opinaram favoravelmente ao Relatório Anual da Administração e às Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016, bem como à proposta de destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos aos Acionistas;
- iv. Anexo 9-1-II, contendo a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31.12.2016, nos termos do inciso II do parágrafo 1º do artigo 9º da Instrução CVM n.º 481, de 07.12.2009;
- v. Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, o comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, o relatório dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o formulário de Demonstrações Financeira Padronizados, relativos ao exercício social findo em 31.12.2016, nos termos do art. 9º da Instrução CVM n.º 481, de 7.12.2009, já disponibilizados no Sistema IPE; e
- vi. Informações indicadas no Item 10 do Formulário de Referência, observados os termos do artigo 9º da Instrução CVM n.º 481, de 7.12.2009;

Em relação ao item (iii) da Ordem do Dia da AGO, relativa à fixação da remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social de 2016, a Administração da Companhia propõe aos Srs. Acionistas a fixação da remuneração global anual da administração no valor de até R\$13.263.200,00 (treze milhões, duzentos e sessenta e três mil e duzentos reais), sendo distribuído da seguinte maneira: (i) até R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para o Conselho de Administração, (ii) até R\$ R\$10.863.200,00 (dez milhões, oitocentos e sessenta e três mil e duzentos reais) para a Diretoria e (iii) até R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para o Conselho Fiscal.

Nesse sentido, a Administração da Companhia informa que colocou à disposição dos Srs. Acionistas, os documentos abaixo relacionados de forma a auxiliar a análise da proposta:

- i. Ata da 192ª Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada no dia 16.03.2017, na qual o Conselho de Administração da Companhia apreciou os termos da Proposta de Remuneração Global Anual dos membros da Administração e conselheiros fiscais da Companhia, bem como encaminhou para deliberação dos Acionistas da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2017;
- ii. Proposta de Remuneração da Administração, nos termos do inciso I do artigo 12 da Instrução CVM n.º 481, de 7.12.2009; e
- iii. Informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência, observados os termos do artigo 12 da Instrução CVM n.º 481, de 7.12.2009;

Observação: O Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras, o comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, o relatório dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o formulário de Demonstrações Financeira Padronizados, relativos ao exercício social findo em 31.12.2016, nos termos do art. 9º da Instrução CVM n.º 481, de 7.12.2009, já

encontram-se disponibilizados nos Sistema IPE, mantido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), e na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br).

ANEXO I

RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

C.N.P.J. nº 02.998.301/0001-81

NIRE 35.300.170.563

Ata da 323ª Reunião de Diretoria

I. DATA, HORA E LOCAL: Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de Março de 2017, às 10hrs, reuniu-se a Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia") na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, Centro Empresarial Nações Unidas, Edifício Torre Norte, 30º andar, Brooklin Novo, CEP 0457-000. **II. MESA:** Sr. *Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho* Presidente; Sra. *Vanessa di Sanzo Guilherme Eboli*, Secretária. **III. PRESENÇA:** totalidade dos membros da diretoria, compreendendo, Sr. *Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho*, Sr. *João Luis Campos da Rocha Calisto* e Sr. *Plautius Soares André Filho*, presentes na sede social da Companhia, Sr. *Carlos Alberto Dias Costa*, participando por meio de videoconferência, nos termos do art. 23, § 1º do Estatuto Social da Companhia, e Sr. *Yinsheng Li*, participando mediante manifestação antecipada de voto por correio eletrônico, nos termos do art. 23, § 1º do Estatuto Social da Companhia. Presente ainda o Sr. *Jarbas Barsanti*, representante do Conselho Fiscal. **IV. ORDEM DO DIA:** **(a)** exame, discussão e aprovação do Relatório Anual da Administração, a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, e do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016; **(b)** deliberação sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos aos acionistas, com base nos documentos referidos no item (a) acima; **(c)** aprovação do orçamento da Companhia para o ano de 2017; e **(d)** definir as diretrizes e parâmetros das metas de equipe para fins de pagamento de Bônus da Companhia, referente ao ano de 2016. **V. DECISÕES TOMADAS:** Prestados os esclarecimentos necessários, o Senhor Presidente da Mesa declarou regularmente instalada a reunião, tendo em vista o recebimento antecipado do voto, por correio eletrônico, do Diretor Sr. Yinsheng Li, nos termos do art. 23, § 1º do Estatuto Social da Companhia. Na sequência, os membros da Diretoria passaram a deliberar sobre os itens da Ordem do Dia, a saber: **(a)** Inicialmente, foram apresentados aos Srs. Diretores, pelo *Controller* da Companhia, Sr. Antonio Patricio Franco Martins, o Relatório Anual da Administração a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016, e, após os necessários esclarecimentos acerca destes documentos, os Srs. Diretores, de forma unânime, manifestaram sua inteira concordância, tendo em vista que tais documentos refletem, de forma correta e precisa, a situação da Companhia durante o exercício social findo em 31.12.2016. Assim sendo, a Diretoria da Companhia resolveu emitir a declaração a seguir, em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 480/2009: **"DECLARAÇÃO DA DIRETORIA** Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, Centro Empresarial Nações Unidas, edifício Torre Norte, 30º andar, Bairro Brooklin Novo, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro

de 2016." Ato contínuo, os Srs. Diretores decidiram submeter os referidos documentos para apreciação do Conselho de Administração, recomendando seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária ("AGO") para exame, discussão e subsequente aprovação, após a opinião do Conselho Fiscal; **(b)** Em sequência, os Diretores resolveram, por unanimidade, em face dos resultados obtidos no exercício findo, sugerir ao Conselho de Administração, que seja declarado à guisa de dividendos o montante de R\$173.710.023,44 (cento e setenta e três milhões, setecentos e dez mil, vinte e três reais e quarenta e quatro centavos), a ser debitado integralmente à conta de lucros acumulados às ações representativas do capital social da Companhia e alocado às ações preferenciais e ordinárias à razão de R\$1,839499993 por ação, em cumprimento ao disposto no Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia. Tal montante, caso aprovado em AGO, será creditado aos Srs. Acionistas até dia 30 de junho de 2017, e, portanto, sem que haja a incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração, na AGO, e efetivo crédito aos acionistas; **(c)** Após apresentação do orçamento da Companhia para o ano de 2017, realizada pelo *controller* da Companhia, Sr. Antonio Patricio Franco Martins, os Diretores decidiram, por unanimidade, aprovar o orçamento da Companhia para o exercício social de 2017 e orçamento de capital relativo à 2017 e 2018, conforme documento apresentado, e encaminhá-lo para deliberação do Conselho de Administração, conforme disposto no Parágrafo VII do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia; e **(d)** Por fim, foi apresentada pela Sra. Giovanna Poladian, Gerente Geral de Recursos Humanos, a proposta de validação dos resultados alcançados pela Companhia relacionados às diretrizes e parâmetros das metas de equipe para fins de cálculo do bônus a ser pago aos empregados da Companhia, referente ao ano de 2016. Os Diretores, após discussão sobre o tema, resolveram encaminhar a proposta para deliberação do Conselho de Administração, nos termos apresentados pela área de Recursos Humanos. **VI. LEITURA E ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, encerrou a reunião, determinando a lavratura desta ata, a qual lida e aprovada foi por todos os presentes assinada. **Diretores Presentes:** (i) Carlos Alberto Rodrigues de Carvalho; (ii) Carlos Alberto Dias Costa; (iii) João Luis Campos da Rocha Calisto; e (iv) Plautius Soares André Filho. Na qualidade de Secretária da Reunião, declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

São Paulo, 16 de Março de 2017.

Vanessa di Sanzo Guilherme, Secretária

ANEXO

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os membros da Diretoria da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, Centro Empresarial Nações Unidas, edifício Torre Norte, 30º andar, Bairro Brooklin Novo, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que:

- (i) reviram, discutiram e concordam com o Relatório Anual da Administração e com as Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016; e
- (ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, relativamente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 16 de março de 2017.

ANEXO II

RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

C.N.P.J. nº 02.998.301/0001-81

NIRE nº 35.300.170.563

Ata da 192ª Reunião do Conselho de Administração

I. DATA, HORA E LOCAL: Aos 16 (dezesesseis) dias do mês de março de 2017, às 15h00, na sede social da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, Torre Norte, 30º andar. **II. MESA:** Sr. *Yujun Liu*, Presidente da Mesa; Sra. *Vanessa di Sanzo Guilherme Eboli*, Secretária. **III. CONVOCAÇÃO:** Convocação dos membros do Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social. **IV. PRESENÇA:** totalidade dos membros do Conselho de Administração, compreendendo o Sr. *Yujun Liu*, o Sr. *Evandro Leite Vasconcelos* e o Sr. *Eliseu Nogueira de Andrade*, participando por meio de conferência telefônica, nos termos do art. 16, §3º do Estatuto Social da Companhia, e o Sr. *Yinsheng Li*, mediante manifestação antecipada de voto por correio eletrônico, nos termos do art. 16, §3º do Estatuto Social da Companhia. Presente ainda o Sr. *Jarbas Barsanti*, representante do Conselho Fiscal. **V. ORDEM DO DIA:** **(a)** exame, discussão e aprovação do Relatório Anual da Administração, a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, e do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016; **(b)** deliberação sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos aos acionistas, com base nos documentos referidos no item (a) acima; **(c)** aprovação do orçamento da Companhia para o ano de 2017, preparado pela Diretoria; **(d)** apreciar os termos da Proposta de Remuneração Global Anual dos membros da Administração e conselheiros fiscais da Companhia, bem como encaminhá-la para deliberação dos Acionistas da Companhia, na Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2017; **(e)** convocação de Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos do inciso IV do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, para que os Acionistas deliberem sobre: (i) apreciação do Relatório Anual da Administração a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes; (ii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016; e (iii) fixação da remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social de 2017; e **(f)** validar os resultados alcançados pela Companhia relacionados a cada meta de equipe para cálculo do bônus a ser pago aos empregados da Companhia, referente ao ano de 2016, nos termos da deliberação contida na Ata da 323ª Reunião da Diretoria, ocorrida em 16 de março de 2017. **VI. DELIBERAÇÕES:** Prestados os esclarecimentos necessários, o Sr. Presidente da Mesa declarou regularmente instalada a reunião, tendo em vista o recebimento antecipado do voto, por correio eletrônico, do Conselheiro de Administração efetivo Sr. *Yinsheng Li*, nos termos do art. 16, §3º do Estatuto Social da Companhia. **(a)** Inicialmente, o *controller* da Companhia, Sr. Antonio Patricio Franco Martins, apresentou aos Srs. Conselheiros, o Relatório Anual da Administração a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016. Feitos os esclarecimentos necessários, os Srs. Conselheiros de Administração, de forma unânime, manifestaram sua inteira concordância, tendo em vista que tais documentos refletem, de forma correta e precisa, a situação da Companhia durante o exercício social findo em 31.12.2016. Assim, o Conselho de Administração resolveu emitir a seguinte manifestação: "**DECLARAÇÃO DO CONSEL**

HO DE ADMINISTRAÇÃO: Os membros do Conselho de Administração da Rio Parapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 30º andar, Torre Norte, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que: (i) examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e (ii) manifestaram sua inteira concordância, por unanimidade, quanto aos referidos documentos. Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, a realizar-se em abril de 2017." Ato contínuo, os Srs. Conselheiros da Administração decidiram submeter os referidos documentos à AGO para exame, discussão e subseqüente aprovação, após a opinião do Conselho Fiscal; **(b)** Em seqüência, os Conselheiros da Administração resolveram, por unanimidade, em face dos resultados obtidos no exercício findo, propor aos Acionistas, conforme sugerido pela Diretoria da Companhia, durante a 323ª Reunião de Diretoria, a distribuição de dividendos no montante de R\$173.710.023,44 (cento e setenta e três milhões, setecentos e dez mil, vinte e três reais e quarenta e quatro centavos), a ser debitado integralmente à conta de lucros acumulados às ações representativas do capital social da Companhia e alocado às ações preferenciais e ordinárias à razão de R\$ 1,839499993 por ação, em cumprimento ao disposto no Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia. Tais valores, caso aprovados em AGO, serão creditados aos Srs. Acionistas até dia 30 de junho de 2017, e, portanto, sem que haja a incidência de correção sobre o valor a ser creditado aos acionistas entre a data de declaração, na AGO, e efetivo crédito aos acionistas; **(c)** Após apresentação pelo Sr. Antonio Patricio Franco Martins, *controller* da Companhia, do orçamento da Companhia para o ano de 2017 e do orçamento de capital para os anos de 2017 e 2018, preparado pela Diretoria, os Srs. Conselheiros de Administração decidiram, por unanimidade, aprovar referido documento para o exercício de 2017, nos termos do Parágrafo VII do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia; **(d)** Ato contínuo, restou aprovada, pelos Srs. Conselheiros, a Proposta de Remuneração Global Anual dos membros da Administração da Companhia, referente ao exercício social de 2017, no valor global de até R\$13.263.200,00 (treze milhões, duzentos e sessenta e três mil e duzentos reais), sendo distribuído da seguinte maneira: (i) até R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para o Conselho de Administração, (ii) até R\$10.863.200,00 (dez milhões, oitocentos e sessenta e três mil e duzentos reais) para a Diretoria e (iii) até R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para o Conselho Fiscal. Nesse sentido, após discussão sobre o tema e realizados alguns esclarecimentos, os Srs. Conselheiros, por unanimidade, decidiram encaminhar para deliberação dos Acionistas da Companhia, na AGO a ser realizada no dia 28 de abril de 2017, a Proposta de Remuneração Global Anual dos membros da Administração da Companhia, conforme aprovada, no montante acima mencionado; **(e)** Em seguida, os Srs. Conselheiros de Administração decidiram, por unanimidade de votos, nos termos do inciso IV do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, proceder com a convocação da AGO, para que os Acionistas da Companhia deliberem sobre: (i) apreciação do Relatório Anual da Administração a respeito dos negócios sociais e principais fatos administrativos, exame, discussão e aprovação das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016, juntamente com o Parecer dos Auditores Independentes; (ii) deliberação sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016; e (iii) fixação da remuneração global anual dos membros da Administração da Companhia para o exercício social de 2017; e **(f)** Por fim, foi apresentada a proposta de validação dos resultados alcançados pela Companhia relacionados às diretrizes e parâmetros das metas de equipe para fins de cálculo do bônus a ser pago aos empregados da Companhia, referente ao ano de 2016, e prestados os necessários esclarecimentos. Após análise e discussão sobre o tema, os Srs. Conselheiros de Administração deliberaram favoravelmente, por maioria de votos, sendo que o Conselheiro de Administração Sr. Eliseu Nogueira de Andrade, se absteve na votação, à proposta apresentada, nos termos da deliberação contida na Ata da 323ª Reunião da Diretoria, ocorrida em 16 de março de 2017. **VII. ENCERRAMENTO E LAVRATURA DA ATA:** Com isso, o Senhor

Presidente dos trabalhos da presente reunião indagou aos demais Conselheiros presentes à reunião se restava algum outro assunto a considerar e, não havendo resposta positiva, deu por encerrado os trabalhos e determinou que se lavrasse a ata da presente reunião, a qual, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, passando a constar do livro próprio. **Conselheiros Presentes:** (i) Sr. Yujun Liu; (ii) Sr. Evandro Leite Vasconcelos; (iii) Sr. Eliseu Nogueira de Andrade; e (iv) Sr. Yinsheng Li. Na qualidade de Secretária da Reunião, declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.

São Paulo, 16 de março de 2017.

Vanessa di Sanzo Guilherme Éboli, Secretária

ANEXO

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 30º andar, Torre Norte, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, declaram que:

- (i) examinaram e discutiram o Relatório da Administração e as demais Demonstrações Financeiras da Companhia, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016; e
- (ii)
- (iii) manifestaram sua inteira concordância, por unanimidade, quanto aos referidos documentos. Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, a realizar-se em abril de 2017.

Face ao exposto, é manifestação do Conselho de Administração que os citados documentos merecem a aprovação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, a realizar-se em abril de 2017.

São Paulo, 16 de março de 2017.

ANEXO III

RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

C.N.P.J. no 02.998.301/0001-81

NIRE 35.300.170.563

Ata da 94ª Reunião do Conselho Fiscal

- I. DATA, HORA E LOCAL: Aos 21 (vinte e um) dias do mês de março de 2017, às 10h30min, na sede social da Companhia, situada na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 30º andar, Torre Norte, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Sala São Paulo, reuniu-se o Conselho Fiscal da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia").
- II. CONVOCAÇÃO: Convocação dos membros do Conselho Fiscal realizada pelo Presidente do Conselho Fiscal, nos termos do Regimento Interno do Conselho Fiscal, conforme mensagem eletrônica encaminhada aos Srs. Conselheiros Fiscais em 14.03.2017.
- III. PRESENCAS: Presentes os Conselheiros Fiscais efetivos da Companhia: (i) Sr. Jarbas T. Barsanti Ribeiro; (ii) Sr. Marcelo Curti e (iii) François Moreau, bem como os conselheiros fiscais suplentes: (iv) Sr. Ary Waddington; (v) Sr. Murici Santos; e (vi) Sr. Edmundo Falcão Koblitz. Presentes ainda Sr. Carlos Carvalho, Diretor Executivo Financeiro e Controles Internos e Diretor de Relação com Investidores da Companhia; Sr. Antonio Patrício Franco Martins, controller da Companhia; Sr. Narciso Meschiatti, contador da Companhia; Sra. Fernanda Meira, Gerente Geral Jurídica da Companhia; Sra. Carolina Lima, advogada interna da Companhia; Sra. Monica Brito, Gerente de Controles Internos da Companhia; e Sra. Iara Pasion (por conferência telefônica) e Sr. Gustavo Passos, representantes da auditoria independente Deloitte (em parte da reunião).
- IV. COMPOSIÇÃO DA MESA: Sr. Jarbas T. Barsanti Ribeiro, Presidente da Mesa; e Sra. Carolina Lima, Secretária da Mesa.
- V. ORDEM DO DIA: (i) Reunião com Auditores Independentes da Companhia; (ii) Reunião com o responsável pela área tributária da Companhia; (iii) Acompanhamento e discussão sobre o relatório de recomendações sobre controles internos; (iv) Discussão sobre as certificações dos processos de independência e não conflito de interesses da empresa de auditoria independente e demais procedimentos relacionados à independência dos trabalhos; (v) Exame, discussão e manifestação de opinião sobre o Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016, bem como sobre a proposta de destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos aos Acionistas, com base em referidos documentos; (vi) Orçamento da Companhia para 2017; e (vii) Atualização das ações tomadas e alterações ocorridas na Companhia, em razão do fechamento da operação de transferência de controle indireto da Companhia da Duke Energy Corporation para a China Three Gorges Corporation, e estudos sobre a denúncia apresentada ao Conselho Fiscal em 16.2.2017.
- VI. DELIBERAÇÕES: Prestados os esclarecimentos necessários, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal declarou regularmente instalada a reunião.

No início da reunião, a Sra. Monica Brito disponibilizou aos Conselheiros Fiscais, conforme definido na 31ª Reunião do Conselho Fiscal, realizada no dia 22 de setembro de 2010, as seguintes certidões negativas de débitos: Receita Federal, INSS, Fazenda Estadual, de Distribuidores, FGTS e Ficha de Breve Relato emitida pela JUCESP.

(i) Inicialmente, em continuidade às explicações realizadas pela auditoria independente na última reunião do Conselho Fiscal, o Sr. Gustavo Passos realizou alguns esclarecimentos acerca de questionamentos levantados pelos Srs. Conselheiros Fiscais na última reunião do Conselho Fiscal, incluindo o posicionamento técnico da Deloitte sobre a manutenção do parágrafo de ênfase no parecer da auditoria independente relativo ao ano de 2016. A seguir, os Conselheiros Fiscais realizaram os questionamentos a seguir transcritos, juntamente com as respostas prestadas pelos auditores externos:

Pergunta 1: Tiveram alguma limitação no escopo?

Resposta 1: Não, nenhuma limitação.

Pergunta 2: Levando em consideração que a Controladora promove auditoria nos controles internos da Companhia, para atendimento da legislação Norte Americana (Lei Sarbanes-Oxley ou SOX), questionamos: Essa Auditoria Independente teve pleno acesso a relatório da auditoria realizada nos controles internos da Companhia e elaborado por auditores contratados pela Controladora?

Resposta 2: Tiveram acesso às informações relevantes relacionadas à Companhia.

Pergunta 3: Os controles internos e os gerenciais foram considerados adequados em sua plenitude? Qual a opinião dessa Auditoria Independente quanto à eficácia dos controles internos da Companhia? Se apreciados por amostragem qual foi o percentual de amostragem em relação a todo o universo a ser verificado?

Resposta 3: Os testes nos controles que foram efetuados, diante do escopo da auditoria, demonstraram que os controles estão adequados e não foram encontradas nenhuma deficiência e/ou problemas.

Pergunta 4: Os controles internos se encontram auditados e certificados?

Resposta 4: Não, pois não fazem parte do escopo da auditoria no Brasil.

Pergunta 5: As questões que envolvem partes relacionadas de forma abrangente estão plenamente representadas nas Demonstrações Contábeis da Companhia?

Resposta 5: Sim. Não foi encontrada nenhuma distorção.

Pergunta 6: Os princípios contábeis geralmente aceitos são aplicáveis em todos os seus aspectos relevantes às demonstrações contábeis analisadas?

Resposta 6: Sim (tomadas em conjunto).

Pergunta 7: As contingências foram corretamente avaliadas, inclusive no que tange as confirmações junto aos advogados que atuam nas causas?

Resposta 7: As contingências foram revisadas e a auditoria informou que encaminhou correspondência aos advogados externos e recebeu a resposta deles. Nada relevante foi encontrado.

Pergunta 8: A revisão dos trabalhos pelo sócio revisor escalado, já foi finalizado? Se positivo, não ocorreram solicitações por este sócio de explicações / exames complementares?

Resposta 8: O trabalho foi finalizado. As solicitações e explicações realizadas foram corriqueiras, não existindo temas relevantes a serem destacados.

Pergunta 9: Os executivos responsáveis da Administração pela elaboração das demonstrações contábeis certificaram as mesmas a V.Sas., no que tange a adequação na sua elaboração?

Resposta 9: A carta de representação está em processo de assinatura.

Pergunta 10: De acordo com a melhor prática contábil, os Tributos no que diz respeito ao seu recolhimento no presente exercício, bem como no que tangem a compensações de créditos tributários e das contribuições sociais e dos incentivos fiscais, foram adequadamente tratados, perante a legislação tributária e demais legislações pertinentes? Se negativo, quais as ocorrências divergentes entre a prática realizada e o que a legislação determina, e quais são as explicações apresentadas pelos administradores?

Resposta 10: A resposta é positiva. Segunda parte da pergunta: Não aplicável, tendo em vista a resposta positiva acima.

Pergunta 11: Somente foi reconhecido o crédito do IR e CSLL nos casos em que sua realização seja provável?

Resposta 11: Não identificou nenhum ajuste em relação a este aspecto.

Pergunta 12: Se existe outro contrato de prestação de serviços com a Companhia que ponha em risco a independência da Auditoria?

Resposta 12: Não, o único trabalho contratado além da auditoria são os serviços de auditoria do Relatório de Controle Patrimonial (RCP), exigido pela Aneel, que não apresenta qualquer conflito de independência.

Foi ainda perguntado se havia alguma mudança no draft da DFP da última reunião e foi respondido que somente foram feitas melhoria de texto e ajustes nas notas explicativas.

O Sr. Gustavo Passos esclareceu que o parecer, nos termos do novo modelo exigido pelo IBRACON, foi emitido sem ressalvas, apenas foi mantido o parágrafo de ênfase, acerca da discussão da interpretação de legislação sobre a depreciação dos ativos da Companhia, em razão de entenderem que o assunto é relevante.

Os Conselheiros Fiscais tomaram conhecimento da manutenção do parágrafo de ênfase e, com relação a este assunto, entendem que (i) trata-se de matéria interpretativa; (ii) o IBRACON não tem uma posição formal a respeito do assunto; e (iii) nos termos das notas explicativas das Demonstrações Financeiras, o Conselho Fiscal entende que a posição da Companhia está adequada.

(ii) Em relação ao item (ii) da Ordem do Dia, o Sr. Antonio Patrício Franco Martins, responsável pelos tributos e contribuições, passou a responder aos questionamentos realizados pelo Conselho Fiscal, conforme a seguir transcrito:

(a) Quem é o responsável pela gestão de todos os impostos e contribuições federais, estaduais e municipais da companhia?

R.: Sr. Antonio Patrício Franco Martins, Controller da Companhia.

(b) A Companhia segue todas as regulamentações vigentes nas apurações desses impostos na sua plenitude?

R.: Sim. A Paranapanema possui consultoria permanente da Ernst & Young em relação ao recolhimento de tributos e impostos e que todo ano é realizada revisão do recolhimento de tributos e impostos por uma consultoria tributária.

(c) Para os casos controversos recebe algum tipo de assessoramento?

R.: Sim, a Paranapanema possui consultoria permanente da Ernst & Young em relação ao recolhimento de tributos e impostos, além da revisão da auditoria independente. Além disso, a consultoria KPMG realiza a revisão da DIPJ.

(d) De acordo com a melhor prática contábil, os tributos, no que diz respeito ao recolhimento no exercício de 2016, bem como no que tange a compensações de créditos tributários e de contribuições fiscais foram adequadamente tratados, perante a legislação tributária e demais legislações pertinentes?

R.: Sim.

Nenhum questionamento adicional foi feito pelos Conselheiros, estando os membros satisfeitos com os esclarecimentos prestados.

(iii) Em relação ao item (iii) da Ordem do Dia, a Sra. Monica Brito informou que não há ponto crítico em relação ao assunto e os controles internos estão funcionando. Foi informado ainda que a auditoria independente emitiu relatório de recomendações sobre controles internos sem nenhum ponto para o ano de 2016 e o enviará a Companhia.

(iv) Em relação ao item (iv) da Ordem do Dia, durante a reunião foi debatido pelos Conselheiros Fiscais sobre o processo de independência e não conflito de interesses da empresa de auditoria independente e concluiu-se que não há conflito de interesses na condução dos trabalhos.

(v) O Conselheiro Fiscal Jarbas Barsanti informou aos demais Conselheiros que participou das Reuniões da Diretoria e do Conselho de Administração, acerca das Demonstrações Financeiras de 2016 e distribuição de dividendos baseada nestes documentos, realizadas no dia 16.3.2017. Em relação ao item (v), os Conselheiros Fiscais informaram que receberam as Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2016, encaminhado pela Administração em 14.3.2017. Na sequência, o Sr. Antonio Patrício Franco Martins, Controller da Companhia, informou que as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016, e a proposta de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos aos Acionistas foram aprovadas na Reunião da Diretoria e Reunião do Conselho de Administração, realizadas no dia 16.3.2017, e apresentou aos conselheiros fiscais os principais pontos de destaques sobre os resultados apurados e acontecimentos ocorridos durante o ano de 2016. Ato contínuo, os Srs. Conselheiros Fiscais passaram a examinar e discutir este item da Ordem do Dia, tendo a Companhia prestados os esclarecimentos necessários sobre os documentos encaminhados, e, por unanimidade, opinaram favoravelmente ao Relatório Anual da Administração e às Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016, bem como à proposta de destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos aos Acionistas.

Assim sendo, o Conselho Fiscal da Companhia emitiu o seguinte parecer: "P A R E C E R D O C O N S E L H O F I S C A L. O Conselho Fiscal da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 30º andar, Torre Norte, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 21.3.2017, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia (e Notas Explicativas), o Relatório Anual da Administração, a Proposta para Distribuição do Resultado e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016. Com base nos exames efetuados, observadas as análises levadas a efeito e os esclarecimentos apresentados pelos administradores da Companhia e auditoria independente, o

Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente, sem qualquer ressalva, às Demonstrações Financeiras da Companhia (e Notas Explicativas), ao Relatório Anual da Administração e à Proposta para Distribuição do Resultado, determinando o encaminhamento do presente parecer à assembleia geral ordinária, para os devidos fins de direito.”

(vi) Na sequência, o Sr. Antonio Patrício Franco Martins, Controller da Companhia, passou a apresentar o Orçamento da Companhia para o exercício de 2017 e 2018, aprovado na Reunião da Diretoria e Reunião do Conselho de Administração, realizadas no dia 16.3.2017. Neste tocante, os Srs. Conselheiros Fiscais, após esclarecimentos prestados pela Companhia, tomaram conhecimento de tal documento e não apresentaram maiores indagações.

(vii) Por fim, em relação ao último assunto da pauta da presente Reunião do Conselho Fiscal, em resposta a denúncia apresentada pelo Conselheiro Fiscal, Sr. François Moreau, ao Sr. Yinsheng Li, Diretor Presidente da Companhia e Presente Conselho de Administração da Companhia, protocolada e recebida pelo Conselho Fiscal em 21.02.2017, a Sra. Fernanda Meira, Gerente Geral Jurídica da Companhia, esclareceu que serão tomadas as seguintes providências pela Companhia: (i) a respeito da nomeação de administradores em sociedades sob controle comum, supostamente concorrentes, a Sra. Fernanda esclareceu também que a Controladora, junto com seus assessores externos, contratou o Prof. Nelson Eizirik para analisar a questão e subsidiar consulta formal a ser apresentada pela Companhia à CVM, o que deverá ocorrer até o início do mês de abril próximo; e (ii) no que tange ao erro formal existente nos Termos de Posse assinados pelos novos membros do Conselho de Administração, eleitos pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16.12.2016, nos quais não constaram as posições que os mesmos ocupam em outros Conselho de Administração e Diretoria de outras sociedades, a Companhia (a) reapresentará, até o final desta semana, o Formulário de Referência para regularizar essa informação e (b) apresentará, juntamente com a consulta mencionada no item (i) acima, uma denúncia espontânea à CVM em razão do referido erro formal. Por fim, o Sr. Jarbas Barsanti solicitou que tão logo as providências acima sejam tomadas que a Companhia imediatamente comunique aos Conselheiros, obedecendo aos prazos ora estabelecidos, com o que concordaram os demais.

VII. ENCERRAMENTO: Franqueada a palavra e não havendo qualquer outro pronunciamento, o Sr. Presidente do Conselho de Fiscal encerrou a reunião, determinando fosse lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, segue assinada pelos Srs. Conselheiros Fiscais. Na qualidade de Secretária da Reunião, declaro que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

São Paulo, 21 de março de 2017.

Carolina Lima, Secretária

ANEXO

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Rio Paranapanema Energia S.A. ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 30º andar, Torre Norte, Bairro Brooklin, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 02.998.301/0001-81, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 21.3.2017, examinou as Demonstrações Financeiras da Companhia (e Notas Explicativas), o Relatório Anual da Administração, a Proposta para Distribuição do Resultado e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2016. Com base nos exames efetuados, observadas as análises levadas a efeito e os esclarecimentos apresentados pelos administradores da Companhia e auditoria independente, o Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente, sem qualquer ressalva, às Demonstrações Financeiras da Companhia (e Notas Explicativas), ao Relatório Anual da Administração e à Proposta para Distribuição do Resultado, determinando o encaminhamento do presente parecer à assembleia geral ordinária, para os devidos fins de direito.

São Paulo, 21 de março de 2017.

ANEXO IV

Anexo 9-1-II, contendo a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31.12.2015, nos termos do inciso II do parágrafo 1º do artigo 9º da Instrução CVM n.º 481, de 07.12.2009.

RIO PARANAPANEMA ENERGIA S.A.

Registro CVM n.º 01836-8
CNPJ/MF sob o n.º 02.998.301/0001-81
NIRE n.º 35.300.170.563

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Atendendo ao disposto no artigo 9º, § 1º, item II, da Instrução CVM nº 481, de 17.12.2009, a Companhia vem disponibilizar as informações constantes do Anexo 9-1-II do referido normativo.

1. Informar o lucro líquido do exercício (em milhares de reais)

	31/12/2016
Lucro líquido do exercício	361.040
Constituição da reserva legal	(18.052)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	71.850
Lucro líquido ajustado para fins de dividendos	414.838

O lucro líquido do exercício consolidado para o exercício findo em 31.12.2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi de R\$ 361.040 mil.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados (em milhares de reais).

O montante global dos dividendos foi de R\$ 414.838 mil, sendo que os valores dos dividendos por ação encontram-se indicados na tabela abaixo:

R\$ mil	31/12/2016
Montante Global	414.838
Dividendos pagos/Antecipados	178.235
Juros sobre capital próprio pagos	62.893
Dividendos propostos	173.710
Reserva de Lucros	0
Valor em R\$ por ação dos Dividendos pagos/Antecipados	
Preferencial	1,887422485
Ordinária	1,887422485
Valor em R\$ por ação dos Dividendos propostos	
Preferencial	1,839499993
Ordinária	1,839499993
Juros sobre o capital próprio:	
Preferencial	0,6660
Ordinária	0,6660

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído (em milhares de reais)

O lucro líquido do exercício social de 2016 a ser distribuído será de 100%, após constituição da reserva legal, caso a proposta da Administração da Companhia seja aprovada na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 28.04.2017.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores (em milhares de reais)

A distribuição de lucros referente ao exercício findo em 31.12.2016, não envolve distribuição com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

(a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe (em milhares de reais)

R\$ mil	31/12/2016
Montante Global	414.838
Dividendos antecipados	178.235
JCP	62.893
Dividendos propostos	173.710
Dividendos propostos /Ações Preferencias	115.807
Dividendos propostos /Ações Ordinárias	57.903
Reserva de Lucros	0
Valor em R\$ por ação dos Dividendos propostos	
Preferencial	1,839499993
Ordinária	1,839499993
Valor em R\$ por ação da Reserva de Lucros	
Preferencial	
Ordinária	

(b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Os dividendos deverão ser pagos mediante crédito em conta corrente bancária aberta em nome do acionista, em até 60 dias, contados a partir da data da aprovação de sua distribuição pela assembleia geral ordinária de acionistas da Companhia, a ser realizada em 28.04.2017, salvo se deliberado de forma contrária por referida assembleia (desde que dentro do exercício social), nos termos do artigo 205, parágrafo 3º da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada.

(c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável, uma vez que os dividendos deverão ser pagos dentro do prazo legal.

(d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A Companhia pagará o dividendo de ações nominativas ao acionista que, na data da assembleia geral ordinária que declarar o dividendo, a ser realizada em 28.04.2017, estiver inscrito como proprietário ou usufrutuário da ação.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

(a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

O valor total dos dividendos intermediários declarados foi de R\$ 178.235 mil, com base no balanço da Companhia levantado em 30.6.2016, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26.10.2016.

O valor dos Juros sobre capital próprio pagos em 2016 foi de R\$ 62.893 mil, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.12.2016.

(b) Informar a data dos respectivos pagamentos

O pagamento dos dividendos intermediários, com base no balanço levantado em 30.6.2016, ocorreu em 17.11.2016.

O pagamento dos Juros sobre Capital Próprio, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27.12.2016, ocorreu em 06.01.2017.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

(a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido por ação				
Preferencial	3,82	1,93	3,02	4,43
Ordinária	3,82	1,93	3,02	4,43

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Dividendos por ação				
Valor em R\$ por ação dos Dividendos pagos/Antecipados				
Preferencial	3,726922478	2,039330819	2,932381723	4,205332670
Ordinária	3,726922478	2,039330821	2,932381723	4,205332670
Juros sobre Capital próprio				
Preferencial	0,666000000	0,556000000	0,664000000	0,709000000
Ordinária	0,666000000	0,556000000	0,664000000	0,709000000
Reserva de Lucros				
Preferencial				
Ordinária				

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

(a) Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal referente ao lucro líquido do exercício findo em 31.12.2016 foi de R\$ 18.052 mil, calculado em conformidade com o artigo 193 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976.

(b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Observado o disposto no Estatuto Social da Companhia, antes da distribuição dos dividendos são deduzidos 5% (cinco por cento) para constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social.

Sobre o valor do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2016 no valor de R\$ 361.040 mil, foi aplicado o percentual de 5% (cinco por cento), conforme o artigo 193 da Lei n.º 6.404, de 15.12.1976 e o Estatuto Social da Companhia, que totalizou R\$ 18.052 mil destinados à reserva legal.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

(a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

O Estatuto Social atualmente vigente da Companhia define em seu artigo 5º que as ações preferenciais de emissão da Companhia terão direito a dividendo prioritário, não cumulativo, de 10% (dez por cento) ao ano, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações.

Assim sendo, os acionistas preferencialistas da Companhia detém o direito ao recebimento (com prioridade em relação às ações ordinárias) de dividendo prioritário (fixo), observado o percentual descrito no parágrafo precedente.

(b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro líquido do exercício no montante total de R\$ 361.040 mil é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos (no montante total de R\$ 55.942 mil).

(c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

(d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

O valor global dos dividendos fixos a serem pagos à única classe de ações preferenciais de emissão da Companhia é R\$ 55.942 mil. Tal valor corresponde a, conforme mencionado acima, 10% (dez por cento) do capital social da Companhia alocado às ações preferenciais.

(e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Os dividendos fixos a serem pagos para a única classe de ações preferenciais de emissão da Companhia correspondem a R\$ 0,888603548 por ação.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

(a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O Estatuto Social da Companhia não contém redação expressa quanto à determinação do dividendo obrigatório. Assim sendo, aplica-se no caso da Companhia a regra de omissão prevista na Lei n.º 6.404, de 15.12.1976, segundo a qual o dividendo obrigatório deverá ser equivalente à metade do lucro líquido ajustado da Companhia.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, após a dedução para a reserva legal e pagamento dos dividendos fixos, os lucros líquidos distribuir-se-ão na seguinte ordem: (i) dividendo de até 10% (dez por cento) ao ano às ações ordinárias, a ser rateado igualmente entre elas, calculado sobre o capital próprio a esta espécie de ações; e (ii) distribuição do saldo remanescente às ações ordinárias e preferenciais, em igualdade de condições.

(b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Os dividendos serão pagos integralmente, observada a dedução para reserva legal, recomposição da base de cálculo de dividendos devido a impacto de aplicação de custo atribuído conforme ICPC 10 e a distribuição de dividendos fixos aos detentores de ações nominativas preferenciais.

(c) Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não há retenção de dividendo obrigatório.

(a) Informar o montante da retenção

Não aplicável, uma vez que não há retenção de dividendo obrigatório.

(b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável, uma vez que não há retenção de dividendo obrigatório.

(c) Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável, uma vez que não há retenção de dividendo obrigatório.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não há destinação de resultado para a reserva de contingências.

(a) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, uma vez que não há destinação de resultado para a reserva de contingências.

(b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável, uma vez que não há destinação de resultado para a reserva de contingências.

(c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável, uma vez que não há destinação de resultado para a reserva de contingências.

(d) Justificar a constituição da reserva

Não aplicável, uma vez que não há destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

(a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável, uma vez que não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

(b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável, uma vez que não há destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

Não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

(a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não aplicável, uma vez que não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

(b) Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável, uma vez que não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

(c) Descrever como o montante foi calculado

Não aplicável, uma vez que não há destinação de resultado para reservas estatutárias.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

(a) Identificar o montante da retenção

Não aplicável, uma vez que não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

(b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável, uma vez que não há retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não há destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

(a) Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável, uma vez que não há destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

(b) Explicar a natureza da destinação

Não aplicável, uma vez que não há destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais.

ANEXO V

Relatório Anual da Administração, Demonstrações Financeiras, comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, o relatório dos auditores independentes, o parecer do Conselho Fiscal e o formulário de Demonstrações Financeira Padronizados, relativos ao exercício social findo em 31.12.2016, nos termos do art. 9º da Instrução CVM n.º 481, de 7.12.2009, já disponibilizados no Sistema IPE.

ANEXO VI

Informações Indicadas no Item 10 – Comentários dos Diretores do Formulário de Referência, observados os termos do artigo 9º da Instrução CVM n.º 481, de 7.12.2009.

Item 10.1

As demonstrações financeiras de 2016, 2015, e 2014 foram preparadas com base nos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis a suas operações os quais estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”).

A partir do segundo trimestre de 2015, as demonstrações financeiras passaram a ser apresentadas de forma consolidada contemplando o efeito do resultado da controlada Rio Sapucaí_Mirim Energia Ltda, nova denominação, a partir de 29 de dezembro de 2016, da Duke Energy International Geração Sapucaí–Mirim Ltda., que era denominada de 07 de maio de 2015 a novembro de 2015 DEB Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda.

No encerramento de 2016, a China Three Gorges concluiu a aquisição dos ativos da Duke Energy no Brasil, cuja transação correspondeu ao *enterprise value* de US\$ 1,2 bilhão. A transação representou a aquisição direta pela CTG de todas as 735.023 ações preferenciais detidas pela Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. e indireta das 31.180.723 ações ordinárias e 57.849.548 ações preferenciais detidas pela Rio Paranapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Brasil Ltda.), controladora direta da Companhia, representando no total 99,06% do capital votante da Companhia. A compra foi efetivada em 29 de dezembro de 2016. Em 26 de janeiro de 2017, a então Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A. passou a ser denominada Rio Paranapanema Energia S.A.

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria entende que a Companhia apresentou nos últimos três anos condições financeiras e patrimoniais favoráveis para desenvolver suas atividades, com forte geração de caixa e baixos níveis de endividamento.

O índice de liquidez corrente (Ativo Circulante / Passivo Circulante) em 31 de dezembro 2016 e 2015 (consolidados), e 2014 (individual) foi de 0,76, 0,87 e 0,79 respectivamente. Em 2016 esse índice reflete as transferências do empréstimo e da 1ª parcela da 5ª emissão de debêntures, série 1 (um), para o passivo circulante, que serão liquidados em maio de 2017, o

provisionamento de dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar, aumento na provisão de tributos a recolher e efeito da liminar do GSF. A geração de caixa da Companhia, decorrente de suas atividades operacionais, será suficiente para equalizar esse cenário.

O nível de endividamento da Companhia (Dívida Líquida / EBITDA), em 31 de dezembro de 2016 e 2015 consolidados, e 2014 individual foi de 0,78, 1,54 e 1,50 respectivamente.

Como resultado de uma cuidadosa gestão de operações e manutenção das usinas hidrelétricas, a Companhia é capaz de controlar os custos operacionais de forma eficiente. Além disso, a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes e compatíveis com as atividades desenvolvidas, cumprindo com suas obrigações de curto, médio e longo prazos.

b. estrutura de capital

A Administração acompanha regularmente a estrutura de capital da Companhia e os custos associados. O Patrimônio Líquido da Companhia foi de R\$ 1.772,0 milhões no exercício de 2016, R\$ 1.813,9 milhões no exercício de 2015 e R\$ 1.869,6 milhões no exercício de 2014. Em 2016, 2015 e 2014, houve realização dos ajustes de avaliação patrimonial pela depreciação e baixa de bens para aqueles em que havia custo atribuído no período.

A dívida financeira líquida – representada pelo endividamento, deduzidos recursos em caixa e equivalentes de caixa, reduziu 32,12% em 2016, comparado ao exercício de 2015, de R\$ 994,7 milhões para R\$ 675,2 milhões. A variação decorre, principalmente, do aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, em virtude da geração de caixa da Companhia, em razão dos efeitos relativos à liminar do GSF.

Em 2015, a dívida financeira líquida diminuiu 5,7 % devido o aumento dos valores de caixa e equivalentes de caixa, comparado ao exercício de 2014 em que a dívida líquida foi de R\$ 1.054,5 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da Companhia era de R\$ 839,1 milhões, o mesmo em relação a 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, representado por 31.477.761 ações ordinárias e 62.955.522 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal. Cada ação ordinária confere ao seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais dos acionistas.

Estrutura de Capital

Em milhares de reais	2016	%	2015	%	2014	%
Capital de terceiros	2.616.135	59,6	2.368.705	56,6	1.974.277	51,4
Capital próprio	1.771.988	40,4	1.813.883	43,4	1.869.566	48,6
Total do passivo e patrimônio líquido	4.388.123	100,0	4.182.588	100,0	3.843.843	100,0

Os quadros abaixo demonstram a distribuição do capital social da Companhia, entre os anos de 2014 e 2016:

Exercício 2016	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Acionistas						
Rio Parapanema Participações S.A. (anteriormente denominada Duke Energy International, Brasil Ltda.)	31.180.723	99,06	57.849.548	91,89	89.030.271	94,28
Duke Energy International Brazil Holdings S.à.r.l. (anteriormente denominada Duke Energy International Brazil Holdings Ltd.)	0	0,00	735.023	1,17	735.023	0,78
Cia Metropolitana de São Paulo	0	0,00	1.070.300	1,70	1.070.300	1,13
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.038	0,94	3.300.651	5,24	3.597.689	3,81
Total	31.477.761	100	62.955.522	100	94.433.283	100

Exercício 2015	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Acionistas						
Duke Energy International, Brasil Ltda.	31.180.723	99,06	57.849.548	91,89	89.030.271	94,28
Duke Energy International, Brazil Holdings Ltd.	-	-	735.023	1,17	735.023	0,78
Companhia do Metropolitan de S.Paulo	-	-	1.070.427	1,70	1.070.427	1,13
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.038	0,94	3.300.524	5,24	3.597.562	3,81
Total	31.477.761	100	62.955.522	100	94.433.283	100

Exercício 2014	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	QTDE	%	QTDE	%	QTDE	%
Acionistas						
Duke Energy International, Brasil Ltda.	31.180.723	99,06	57.849.548	91,89	89.030.271	94,28
Duke Energy International, Brazil Holdings Ltd.	-	-	735.023	1,17	735.023	0,78
Companhia do Metropolitan de S.Paulo	-	-	1.323.627	2,10	1.323.627	1,40
Demais pessoas físicas e jurídicas	297.038	0,94	3.047.324	4,84	3.344.362	3,54
Total	31.477.761	100	62.955.522	100	94.433.283	100

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração, com base em análise de indicadores de desempenho e de geração operacional de caixa, entende que a Companhia tem plenas condições para honrar suas obrigações de curto, médio e longo prazos e os respectivos juros, com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa. Não obstante o entendimento da Administração da Companhia, caso sejam necessários recursos à complementação de tal montante, esses serão obtidos por meio de empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela

Companhia, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

	Consolidado	Consolidado	Consolidado
	2014	2015	2016
Empréstimo	-	199.125	230.228
Debêntures	1.195.937	1.259.658	1.297.523
Curto Prazo	42.584	207.974	285.383
Longo Prazo	1.153.353	1.051.684	1.012.140
Caixa	(141.391)	(464.069)	(852.563)
Dívida líquida	1.054.546	994.714	675.188

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A fonte de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes foi a geração de caixa da Companhia.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia utiliza recursos próprios (geração de caixa) para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes. Na eventual deficiência de liquidez, a Companhia poderá utilizar empréstimos bancários ou outros financiamentos a serem avaliados e contratados pela Companhia, bem como por meio de outras distribuições públicas de valores mobiliários da Companhia.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes, (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras, (iii) grau de subordinação entre as dívidas, (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta totalizava R\$ 1.527,8 milhões, representando um acréscimo de 4,73% em relação aos R\$ 1.458,8 milhões de 2015. Esse acréscimo é resultado da captação pela da 6ª emissão de Debentures de R\$ 160 milhões além da variação monetária

e juros referentes ao empréstimo e debêntures de emissões anteriores, compensado pelo pagamento de principal mais juros de emissões anteriores.

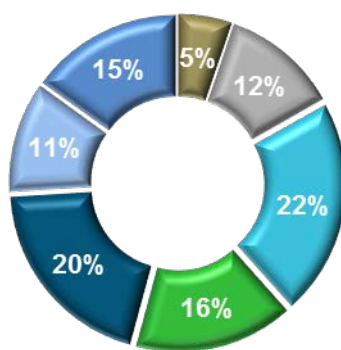
Em 31 de dezembro de 2015, a dívida bruta totalizava R\$ 1.458,8 milhões, representando um acréscimo de 22% em relação aos R\$ 1.195,9 milhões de 2014. Esse acréscimo é resultado da captação de empréstimo ocorrida em maio de 2015, no montante de R\$ 181 milhões, além da correção monetária referente a esse empréstimo e à correção das debêntures.

Em milhares de reais

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de						
Debêntures						
Emissão	Série	Remuneração	Vencimento	2016	2015	2014
3ª	Única	Variação CDI + 1,15% ao ano	10/01/2017	80.303	160.386	158.320
4ª	1	Variação CDI + 0,65% ao ano	16/07/2018	177.314	266.045	262.876
4ª	2	Variação IPCA + 6,07 % ao ano	16/07/2023	328.952	308.543	278.688
5ª	1	Variação CDI + 0,89% ao ano	20/05/2019	241.970	241.410	240.357
5ª	2	Variação IPCA + 7,01% ao ano	20/05/2021	302.606	283.274	255.696
6ª	Única	Variação CDI + 2,00% a.a.	10/09/2018	166.378		
				1.297.523	1.259.658	1.195.937

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
Empréstimo					
Empréstimo	Remuneração	Vencimento	2016	2015	2014
Cédula de empréstimo bancário (CCB)	Variação CDI + 1,4% ao ano	05/05/2017	230.228	199.125	-
			230.228	199.125	-

Fator de correção da dívida em 2016



- 3ª Emissão Série Única - CDI
- 4ª Emissão Série 1 - CDI
- 4ª Emissão Série 2 - IPCA
- 5ª Emissão Série 1 - CDI
- 5ª Emissão Série 2 - IPCA
- 6ª Emissão Série Única - CDI
- CCB - CDI

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Abaixo segue descrição dos principais contratos de empréstimo da Companhia:

DEBÊNTURES DA 3ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão, em 10 de janeiro de 2012, de debêntures em série única ("Debêntures da 3ª Emissão"), composta por 15.000 (quinze mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cuja remuneração é de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos e prazo de vencimento em 5 (cinco) anos, portanto, 10 de janeiro de 2017. O valor nominal das Debêntures da 3ª Emissão será pago em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, sendo (i) a primeira parcela, no valor equivalente a 50% do valor nominal de cada uma das debêntures devida em 10 de janeiro de 2016; (ii) a segunda parcela, no valor equivalente a 50% do valor nominal de cada uma das debêntures devida na data de vencimento das Debêntures da 3ª Emissão.

Os juros remuneratórios das Debêntures da 3ª Emissão correspondem a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 1,15% (um inteiro e quinze centésimos por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, pagáveis semestralmente, ocorrendo o primeiro pagamento em 10 de julho de 2012 e, o último, na data de vencimento das Debêntures da 3ª Emissão.

DEBÊNTURES DA 4ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão de debêntures, em 16 de julho de 2013, em duas séries ("Debêntures da 4ª Emissão"), sendo a primeira série composta por 250.000 mil Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada por 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interbancário) acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, definida em procedimento do bookbuilding, de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e prazo de vencimento em 5 (cinco) anos, portanto, 16 de julho de 2018. O valor nominal das Debêntures da primeira série da 4ª Emissão será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo as duas primeiras parcelas

correspondentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) cada uma e a terceira parcela correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) por debênture da primeira série, ocorrendo o primeiro pagamento em 16 de julho de 2016 e o último na data de vencimento da primeira série.

A segunda série também é composta por 250.000 mil debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), remunerada com juros remuneratórios correspondentes a 6,07% (seis inteiros e sete centésimos por cento) e com atualização monetária de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e prazo de vencimento de 10 (dez) anos, portanto, em 16 de julho de 2023. O valor nominal das Debêntures da segunda série da 4ª Emissão será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo as duas primeiras parcelas correspondentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) e a terceira parcela correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) por debênture da segunda série, ocorrendo o primeiro pagamento em 16 de julho de 2021 e o saldo remanescente do valor nominal na data de vencimento da segunda série.

DEBÊNTURES DA 5ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão de debêntures, em 20 de maio de 2014, em duas séries ("Debêntures da 5ª Emissão"), sendo a primeira série composta por 23.900 mil Debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), remunerada por 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósito Interbancário) acrescidos exponencialmente de uma sobretaxa, definida em procedimento do bookbuilding, de 0,89% (oitenta e nove centésimos por cento) e prazo de vencimento em 5 (cinco) anos, portanto, 20 de maio de 2019. O valor nominal das Debêntures da primeira série da 5ª Emissão será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo as duas primeiras parcelas correspondentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) cada uma e a terceira parcela correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) por debênture da primeira série, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2017 e o último na data de vencimento da primeira série.

A segunda série é composta por 24.000 mil debêntures, no valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), remunerada com juros remuneratórios correspondentes a 7,01% (sete inteiros e um centésimo por cento) e com atualização monetária de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e prazo de vencimento de 07 (sete) anos, portanto, em 20 de maio de 2021. O valor nominal das Debêntures da segunda série da 5ª Emissão será pago em 3 (três) parcelas anuais e sucessivas, sendo as duas

primeiras parcelas correspondentes a 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento) e a terceira parcela correspondente a 33,34% (trinta e três inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) por debênture da segunda série, ocorrendo o primeiro pagamento em 20 de maio de 2019 e o saldo remanescente do valor nominal na data de vencimento da segunda série, ou seja, 20 de maio de 2021.

DEBÊNTURES DA 6ª EMISSÃO

A Companhia realizou emissão, em 08 de setembro de 2016, de debêntures em série única ("Debêntures da 6ª Emissão"), composta por 16.000 (dezesesseis mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), cuja remuneração é de 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescida de sobretaxa de 2,00% (dois por cento) ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos e prazo de vencimento em 2 (dois) anos, portanto, 08 de setembro de 2018. O valor nominal das Debêntures da 6ª Emissão será pago em 1 (uma) parcela, na data de vencimento das Debêntures da 6ª Emissão.

EMPRÉSTIMO – CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO (CCB)

Em 05 de maio de 2015, a Controladora realizou captação de um empréstimo com o banco Citibank, no montante de R\$ 181 milhões, sendo o mesmo atualizado a 100% da variação acumulada do CDI, acrescido de juros de 1,4% ao ano. O prazo de vencimento desse empréstimo é de dois anos, podendo ocorrer um pré-pagamento, após o primeiro ano de vigência do contrato. Não há ativos dados como garantia para a obtenção dessa operação financeira e não há cláusulas restritivas.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas nos itens anteriores.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

De acordo com as escrituras de emissão de Debentures da Companhia, o inadimplemento, pela Companhia, não sanado no prazo previsto nas escrituras ou, nos demais casos, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data estipulada para pagamento, ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu equivalente em outras moedas) ensejará na

exigibilidade do imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios.

iv. eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia possui debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas a atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

As cláusulas restritivas (*covenants*) previstas no Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações da Terceira, Quarta, Quinta e Sexta emissões da Companhia são:

1. Índice entre divisão da Dívida Líquida pelo Ebitda que deverá ser igual ou inferior a 3,20;
2. Índice entre divisão do Ebitda pelo Resultado Financeiro que deverá ser igual ou superior a 2,0.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia atendeu os referidos índices financeiros e, portanto, cumpriu com os *covenants*.

Em milhares de reais	2016	2015	2014
EBITDA	870.208	647.710	703.697
Endividamento Total	1.527.751	1.458.783	1.195.937
Caixa e aplicações financeiras	852.563	464.069	141.391
Endividamento Líquido	675.187	994.714	1.054.546
Índice de Endividamento Líquido/EBITDA	0,78	1,54	1,50

Em milhares de reais	2016	2015	2014
EBITDA	870.208	647.710	703.697
Resultado Financeiro	-147.425	-178.372	-91.796
EBITDA/Resultado Financeiro	5,90	3,63	7,67

Além das cláusulas restritivas relacionadas a índices financeiros, há cláusulas restritivas referentes a outros assuntos, que vem sendo atendidas pela Companhia, das quais se destacam:

- (i) Inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Emissora, no mercado local ou internacional em valor superior a R\$ 30 milhões;
- (ii) Transferência de controle acionário direto ou indireto da Companhia, desde que, após tal transferência, as classificações de risco pela *Moody's* ou *Standard & Poor's* ou na falta destas, a *Fitch*, rebaixar, por motivos diretamente ligados à transferência do controle acionário, a classificação de risco da Companhia em dois níveis em relação à classificação de risco vigente na data da emissão;
- (iii) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, exceto se cumpridas exigências dos itens a, b e c desta mesma cláusula das escrituras de emissão de debêntures;
- (iv) Término antecipado ou intervenção, por qualquer motivo, de quaisquer dos contratos de concessão pelo poder concedente relativa ao serviço público de energia elétrica;
- (v) Redução de capital da Companhia poderá ser realizada se observado o limite igual ou inferior a 0,7, do índice financeiro quociente da divisão da dívida total pelo somatório da dívida total e capital social da Companhia; e
- (vi) Outros eventos detalhados no item 18 deste formulário de referência.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não há limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Os valores contratados foram 100% utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e de acordo com as

Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o International Financial Reporting Standards (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) vigentes em 31 de dezembro de 2016, e normas aplicáveis às concessionárias de uso de bem público de energia elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente.

A partir do segundo trimestre de 2015, as demonstrações financeiras passaram a ser apresentadas de forma consolidada, contemplando o efeito do resultado da controlada Rio Sapucaí Energia Ltda. (a partir de 7 de maio de 2015). A operação de transferência do controle societário para a Companhia foi realizada no dia 6 de maio.

A Companhia entende que não houve alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras consolidadas.

Contas Relevantes do Balanço Patrimonial

ATIVO	2016	% AV	% AH	2015	% AV	% AH	2014	% AV	% AH
Ativo circulante	1.015.250	23,14	53,9	659.620	15,8	115,5	306.076	8,0	-61,8
Ativo não circulante	3.372.873	76,86	-4,3	3.522.968	84,2	-0,4	3.537.767	92,0	-4,6
Total do Ativo	4.388.123	100,0	4,9	4.182.588	100,0	8,8	3.843.843	100,0	-14,8

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	% AV	% AH	2015	% AV	% AH	2014	% AV	% AH
Passivo circulante	1.333.786	30,4	76,2	757.069	18,1	94,9	388.510	10,1	-49,1
Passivo não circulante	1.282.349	29,2	-20,4	1.611.636	38,5	1,6	1.585.767	41,3	19,8
Patrimônio líquido	1.771.988	40,4	-2,3	1.813.883	43,4	-3,0	1.869.566	48,6	-22,8
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	4.388.123	100,0	4,9	4.182.588	100,0	8,8	3.843.843	100,0	-14,8

Ativo Circulante

O saldo do ativo circulante em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.015,3 milhões, um crescimento de 53,9% em comparação aos R\$ 659,6 milhões em 31 de dezembro de 2015. O Caixa e equivalentes de caixa da Companhia representaram em 31 de dezembro de 2016, R\$852,6 milhões em comparação aos R\$ 464,1 milhões em 31 de dezembro de 2015. A variação é decorrente da forte geração de caixa no período e do recebimento de R\$ 196,8 milhões da CCEE relativo à liminar sobre o GSF, concedida à APINE. Essa liminar buscou mitigar a exposição das geradoras ao elevado nível do GSF até a alocação apropriada dos custos do despacho fora da ordem de mérito.

A controlada contribuiu com R\$ 58,6 milhões (5,8%) no total do ativo circulante consolidado da Companhia.

O saldo do ativo circulante em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 659,6 milhões, um aumento de 115,5% em comparação aos R\$ 306,1 milhões em 31 de dezembro de 2014. O Caixa e equivalentes de caixa da Companhia representaram em 31 de dezembro de 2015, R\$ 464,1 milhões em comparação aos R\$ 141,4 milhões em 31 de dezembro de 2014. Houve aumento nesse grupo, comparado a 2014, principalmente, em função da geração de caixa do período e pela liminar do GSF concedida à APINE no exercício de 2015.

Ativo Não Circulante

O saldo do ativo não circulante em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 3.372,9 milhões, uma redução de 4,3 % em comparação aos R\$ 3.523,0 milhões de 31 de dezembro de 2015. Em 2015 a redução foi de 0,4% em comparação com o exercício de 2014. Em 2016 essa variação foi causada principalmente em função das depreciações e amortizações ocorridas no exercício, parcialmente compensadas pelas adições ocorridas no ativo imobilizado pela repotenciação e modernização da UHEs Chavantes e Capivara.

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 1.333,8 milhões, um aumento de 76,2% em comparação aos R\$ 757,1 milhões em 31 de dezembro 2015. Esse aumento foi devido, principalmente, à reclassificação para o passivo circulante do empréstimo

junto ao Citibank no valor de 230,2 milhões de principal mais juros, da 1ª parcela da 5ª emissão de debêntures, série 1, que será liquidada em maio de 2017 no valor de R\$ 79,7 milhões e o montante de R\$ 318,9 milhões proveniente da CCEE, sendo R\$ 110,3 milhões referentes ao não pagamento de compra de energia e R\$ 208,6 milhões referentes a recebimentos, ambos relativos à liminar sobre o GSF concedida à APINE, atualizado monetariamente pelo I-GPM e registrados na rubrica de suprimento de energia elétrica até a conclusão da ação.

O saldo do passivo circulante em 31 de dezembro de 2015 era de R\$ 757,1 milhões, um aumento de 94,9% em comparação aos R\$ 388,5 milhões em 31 de dezembro 2014. Esse aumento foi devido à reclassificação para o passivo circulante da 1ª parcela da 4ª emissão de debêntures, série 1, que será liquidada em julho de 2016, o aumento da provisão de dividendos, juros sobre o capital próprio, de impostos a pagar e o montante de R\$ 154,6 milhões proveniente da CCEE, sendo R\$ 55,6 milhões referentes ao não pagamento de compra de energia e R\$ 99,0 milhões referentes a recebimentos, ambos relativos à liminar

sobre o GSF concedida à APINE, registrados na rubrica de suprimento de energia elétrica até a conclusão da ação.

A controlada contribuiu com R\$ 20,1 milhões (2,7%) no total do passivo circulante consolidado da Companhia.

O saldo do passivo circulante em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 388,5 milhões, uma redução de 49,1% em comparação aos R\$ 763,2 milhões em 31 de dezembro 2013. Houve redução nesse grupo, comparado a 2013, devido à liquidação da 2ª Emissão e pagamento de juros da 3ª Emissão das debêntures.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante em 31 de dezembro 2016 foi de R\$ 1.282,3 milhões, uma redução de 20,4%, comparado a R\$ 1.611,6 milhões em 31 de dezembro 2015. Essa variação ocorreu principalmente devido à reclassificação para o passivo circulante do empréstimo junto ao Citibank no valor de 230,2 milhões de principal mais juros e da 1ª parcela da 5ª emissão de debêntures, série 1, que será liquidada em maio de 2017 no valor de R\$ 79,7 milhões.

O saldo do passivo não circulante em 31 de dezembro 2015 foi de R\$ 1.611,6 milhões, um aumento de 1,6%, comparado a R\$ 1.585,8 milhões em 31 de dezembro 2014. Essa variação ocorreu principalmente devido à captação de empréstimo ocorrido em maio de 2015, compensado parcialmente pela transferência para o passivo circulante da 1ª parcela da 4ª Emissão de debêntures (conforme descrito no item "Passivo Circulante").

A controlada contribuiu com R\$ 0,6 milhão (0,04%) no total do passivo não circulante consolidado da Companhia.

O saldo do passivo não circulante em 31 de dezembro 2014 foi de R\$ 1.585,8 milhões, um aumento de 19,8%, comparado a R\$ 1.323,8 milhões em 31 de dezembro 2013. Essa variação ocorreu devido à 5ª Emissão de debêntures em maio de 2014.

Patrimônio Líquido

O saldo do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 1.771,9 milhões, 2,3% inferior comparado com os R\$ 1.813,9 milhões de 31 de dezembro de 2015. A variação se deu principalmente em razão do resultado da realização dos ajustes de avaliação patrimonial.

O saldo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 1.813,9 milhões, 3,0% inferior comparado com os R\$ 1.869,6 milhões de 31 de dezembro de 2014. A variação se deu principalmente em razão do resultado da realização dos ajustes de avaliação patrimonial compensados parcialmente pela reserva de capital constituída em função da aquisição da controlada Duke Energy International Geração Sapucaí – Mirim.

O saldo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 1.869,6 milhões, 22,8% inferior comparado com os R\$ 2.423,3 milhões de 31 de dezembro de 2013. A variação é o resultado da redução de capital ocorrida em novembro de 2014.

Item 10.2

- a. resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**
- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**
- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante**

A partir do segundo trimestre de 2015, as demonstrações financeiras passaram a ser apresentadas de forma consolidada, contemplando o efeito do resultado da controlada Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda. denominada anteriormente Duke Energy International Geração Sapucaí-Mirim Ltda. A operação de transferência do controle societário para a Companhia foi realizada no dia 6 de maio.

A Companhia é caracterizada por sólida geração de caixa operacional e baixa necessidade de recursos de capital. Como resultado de uma cuidadosa gestão de operações e manutenção de suas usinas hidrelétricas, a Companhia é capaz de controlar os custos operacionais de forma eficiente. Dessa maneira, a margem de Ebitda da Companhia tem sido em média 60% nos últimos três anos.

Resultados Operacionais

Período encerrado em 31 de dezembro de 2016 em comparação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Resultado Consolidado

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
(em milhares de reais)	2016	% Receita Operacional	2015	% Receita Operacional	% Variação 2016/2015
Receita operacional bruta	1.496.316	100	1.395.618	100	7,22
Deduções às receitas operacionais	(163.005)	-10,89	(179.398)	-12,85	(9,14)
Receita operacional líquida	1.333.311	89,11	1.216.220	87,15	9,63
Despesas operacionais					
Pessoal	(92.363)	-6,17	(85.996)	-6,16	7,40
Material	(3.946)	-0,26	(4.438)	-0,32	(11,09)
Serviços de terceiros	(54.438)	-3,64	(45.822)	-3,28	18,80
Taxa de fiscalização da ANEEL	(5.666)	-0,38	(5.075)	-0,36	11,65
Energia elétrica comprada para revenda	(87.717)	-5,86	(211.593)	-15,16	(58,54)
Encargos de uso da rede elétrica	(110.211)	-7,37	(96.877)	-6,94	13,76
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(88.371)	-5,91	(65.533)	-4,70	34,85
Depreciação e amortização	(224.978)	-15,04	(214.300)	-15,36	4,98
Provisão para contingências	(5.164)	-0,35	(7.283)	-0,52	(29,10)
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	(2.520)	-0,17	156	0,01	(1.715,46)
Aluguéis	(3.885)	-0,26	(3.781)	-0,27	2,76
Seguros	(10.083)	-0,67	(5.550)	-0,40	81,66
Perda pela não recuperabilidade de ativos	17.826	1,19	(25.402)	-1,82	(170,18)
Outras	(16.565)	-1,11	(11.316)	-0,81	46,38
Total das despesas operacionais	(688.081)	-45,99	(782.810)	-56,09	(12,10)
Resultado operacional	645.230	43,12	433.410	31,06	48,87
Despesas financeiras (líquidas)	(147.425)	-9,85	(178.372)	-12,78	(17,35)
Imposto de renda e contribuição social	(136.765)	-9,14	(72.391)	-5,19	88,93
Lucro líquido	361.040	24,13	182.647	13,09	97,67

Receita Operacional

A receita operacional bruta em 2016 foi de R\$ 1.496,3 milhões, o que representa crescimento de R\$ 100,7 milhões ou 7,2% em relação ao ano anterior, como reflexo especialmente dos maiores volumes de energia vendida. Os contratos bilaterais representaram 90% da receita (95% no ano anterior). A receita líquida foi de R\$ 1.333,3 milhões, o que representou acréscimo de 9,6% em comparação com 2015

A controlada contribuiu em R\$ 32,4 milhões (2,2%) no total da receita operacional no consolidado da Companhia.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de							
Fornecimento de energia	2016			2015			% Variação 2016/2015
	Volume (em MWh)	Receita operacional (milhares de reais)	%	Volume (em MWh)	Receita operacional (milhares de reais)	%	
Contratos bilaterais	7.855.030	1.347.057	90,04	8.023.328	1.326.314	95,05	1,56
Contratos de leilões	484.954	72.103	4,82	-	-	-	100,00
MCP/MRE/Outros	6.064.574	76.831	5,14	3.673.266	69.028	4,95	11,30
Total	14.404.558	1.495.991	100	11.696.594	1.395.342	100	7,21

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)

A receita operacional derivada dos contratos do ACL se manteve linear em comparação à 2015.

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”)

A receita operacional derivada dos contratos do ACR totalizou R\$ 72,1 milhões em 2016. A Companhia em 2015, possuía 100% de seus contratos de energia elétrica celebrados bilateralmente, no Ambiente de Comercialização Livre (ACL).

Em 11 de dezembro de 2015, a Companhia participou como vendedora, do 15º Leilão para Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes, operacionalizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, conforme o Edital de Leilão nº 14/2015-ANEEL. Os contratos celebrados por meio deste leilão se dão no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), com período de suprimento de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.”

Mercado de Curto Prazo

As regras de mercado preveem uma liquidação financeira que reflete o comportamento hidrológico. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é onde são apurados esses efeitos e através dessa apuração são auferidas as receitas de MRE e MCP.

A receita operacional derivada das operações no MRE aumentou para R\$ 73,9 milhões, o que representa um aumento de 92,4% em relação à 2015. Tal aumento se deve, principalmente, pelo maior volume de energia gerado em 2016.

Deduções à Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia está sujeita ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e à Contribuição ao Programa de Integração Social ("PIS")/Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"). Dentro do estado de São Paulo o ICMS é diferido na geração de energia elétrica e nas vendas para outros estados poderá haver incidência de acordo com a legislação do estado de destino, havendo cobrança deste imposto por substituição tributária (ICMS-ST). O ICMS-ST é cobrado sobre a receita operacional bruta recebida de consumidores livres a uma taxa que pode variar entre 7% e 30%, conforme determinado pela legislação do Estado em que o consumidor livre está localizado. PIS e COFINS são cobrados sobre a receita operacional bruta a uma taxa que depende da modalidade de faturamento. No ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), a tarifa é de 3,65%, de acordo com o Artigo 47 da Lei nº 10.637/2002, que possibilita a opção por regime especial de tributação cumulativa do PIS e COFINS nas operações de compra e venda de energia junto a CCEE. Nas outras modalidades de faturamento, a tarifa sobre receita operacional bruta gerada é de 9,25%.

Em 2007, a ANEEL, através do Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/07, de 14 de novembro de 2007, estabeleceu que as despesas com pesquisa e desenvolvimento deveriam ser classificadas como deduções à receita operacional.

As deduções à receita operacional diminuíram R\$ 16,4 milhões, ou 9,1%, em relação a 2015. Tal decréscimo ocorreu, principalmente, devido à redução na comercialização com clientes de estados onde a alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é maior.

A controlada contribuiu em R\$ 1,2 milhão (0,8%) no total da dedução à receita operacional no consolidado da Companhia.

Receita Operacional Líquida

Como resultado dos fatores citados em 2016, a receita operacional líquida aumentou 9,6% na comparação com 2015 alcançando R\$ 1.333,3 milhões.

Despesas Operacionais

Houve redução de 12,1% nas despesas operacionais, que totalizaram R\$ 688,1 milhões em comparação a R\$ 782,8 milhões em 2015. O desempenho expressa especialmente os menores custos de energia comprada para revenda em decorrência de melhores condições hidrológicas ao longo do ano, além da redução do preço médio no mercado de curto prazo (PLD – Preço de

Liquidação das Diferenças). Esse custo registrou decréscimo 58,5%, o equivalente a R\$ 123,9 milhões no acumulado do ano.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido de 2016 foi negativo em R\$ 147,4 milhões, o que representou impacto positivo de 17,3% na comparação com o ano anterior. Essa variação decorreu do aumento de 117,0% das receitas financeiras ocasionado, principalmente, pelo maior volume médio de recursos investidos no período, enquanto as despesas cresceram 7,4%, pouco acima da inflação registrada pelo IPCA em 2016 (6,29%).

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são cobrados com base em receita tributável, corrigida pelas despesas dedutíveis, indedutíveis, diferenças temporárias e a compensação de perdas de imposto de renda e contribuição social até o limite de 30% da renda tributável por ano. A atual taxa de imposto de renda é 25% e a atual taxa da contribuição social é 9%.

Em milhares de reais

	2016		2015	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo				
IRPJ e CSLL	10.309	819	3.873	819
PIS e COFINS	967	141	1.274	141
ISS	-	-	-	-
INSS	-	1.260	-	1.168
	11.276	2.220	5.147	2.128
Passivo				
IRPJ e CSLL	153.473	-	118.246	-
PIS e COFINS	11.521	-	10.510	-
ICMS	1.782	-	1.511	-
IRRF sobre JSCP	9.483	-	8.176	-
Outros	497	-	440	-
	176.756	-	138.883	-
Ativo de imposto diferido				
Diferenças temporárias	-	(130.950)	-	(72.544)
Benefício fiscal	-	(24.488)	-	(28.183)
Receita diferida	-	(4.491)	-	(9.338)
Passivo de imposto diferido				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	340.151	-	377.165
Ajuste atuarial plano de pensão	-	2.716	-	2.424
Mais valia - Investimento em controlada	-	8.859	-	3.037
Passivo de imposto diferido (líquido)	-	191.797	-	272.561

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 (Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43), a Companhia reconheceu o valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, a Companhia também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganho de avaliação patrimonial do plano de pensão e aposentadoria no montante de R\$ 292 (R\$ 425 em 31 de dezembro de 2015).

Em 31 de dezembro de 2016, as diferenças intertemporais representadas por despesas dedutíveis no futuro, apresentam o montante de R\$ 385.147 (R\$ 213.368 em 31 de dezembro de 2015), com efeito de R\$ 130.950 de impostos diferidos ativos (R\$ 72.544 em 31 de dezembro de 2015). A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação. A principal variação ocorrida em 2016 é decorrente da liminar concedida à APINE, descrita na nota 1. Em virtude da imprevisibilidade do resultado desta liminar, a Companhia optou por oferecer seus valores à tributação e diferir seus efeitos no resultado, até que o mérito da ação seja julgado.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 (Apresentação das demonstrações contábeis).

Demonstrações da Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social

	2016			2015		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		497.805			255.038	
Aliquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	124.451	44.802	169.253	63.760	22.953	86.713
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(2.260)	73	(2.187)	(2.204)	73	(2.131)
Despesas indedutíveis	2.163	619	2.782	2.021	591	2.612
Juros sobre capital próprio	(15.723)	(5.660)	(21.383)	(13.126)	(4.725)	(17.851)
Incentivos fiscais	(4.137)	-	(4.137)	(2.918)	-	(2.918)
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	(5.683)	(1.914)	(7.597)	4.337	1.672	6.009
Outros	30	3	33	(46)	3	(43)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	98.841	37.923	136.764	51.824	20.567	72.391
IRPJ e CSLL correntes	162.722	60.921	223.643	124.862	46.861	171.723
IRPJ e CSLL diferidos	(63.881)	(22.998)	(86.879)	(73.038)	(26.294)	(99.332)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	98.841	37.923	136.764	51.824	20.567	72.391
Alíquota efetiva	19,9%	7,6%	27,5%	20,3%	8,1%	28,4%

Consolidado - em milhares de reais

Benefício fiscal – Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Companhia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. (“Duke Sudeste”), teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial. Segue sua composição:

	2016			2015
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(233.370)	154.020	(79.350)	(75.655)
Saldos no final do exercício	72.036	(47.548)	24.488	28.183

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como conta redutora desses mesmos tributos no passivo

não circulante, na rubrica impostos diferidos. Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado no exercício conforme demonstrado a seguir:

	2016	2015
Amortização do ágio	(10.868)	(11.770)
Reversão da provisão	7.173	7.768
Benefício fiscal	3.695	4.002
Efeito líquido no exercício	-	-

Realização do benefício fiscal referente ao ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2017	2018	2019	2020	2021 - 2022	2022 - 2024	2025 em diante	Total
Realização estimada	3.299	2.946	2.630	2.348	4.219	4.245	4.801	24.488

Lucro Líquido

O lucro líquido totalizou R\$ 361,0 milhões, resultado 97,7% superior aos R\$ 182,6 milhões em 2015. O desempenho reflete o crescimento das receitas e redução de custos registrados no exercício.

Ebitda

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda, incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado com o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

Em 2016 o Ebitda foi de R\$ 870,2 milhões, acréscimo de 34,4% em comparação ao ano anterior, principalmente em decorrência do aumento da receita operacional líquida combinado a menores despesas operacionais decorrentes em especial do menor preço médio do Preço de Liquidação de Diferenças (PLD) e a redução do volume de compra de energia devido à recuperação do cenário hidrológico. A margem Ebitda, de 65,3%, evoluiu 12 pontos percentuais em relação a 2015 (53,3%).

Ebitda e margem Ebitda
(Em milhares de reais)

	2016	2015	% Variação 2016/2015
Lucro líquido	361.040	182.647	62,5
Imposto de renda e contribuição social	136.765	72.391	58,8
Resultado financeiro (líquido)	147.425	178.372	-33,7
Depreciação e amortização	224.978	214.300	4,9
EBITDA	870.207	647.710	34,4
	<i>65,3%</i>	<i>53,3%</i>	

Resultados Operacionais

Período encerrado em 31 de dezembro de 2015 em comparação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Resultado Consolidado

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
(em milhares de reais)	2015	% Receita Operacional	2014	% Receita Operacional	% Variação 2015/2014
Receita operacional bruta	1.395.618	100	1.374.929	100	1,50
Deduções às receitas operacionais	(179.398)	-12,85	(151.931)	-11,05	18,08
Receita operacional líquida	1.216.220	87,15	1.222.998	88,95	(0,55)
Despesas operacionais					
Pessoal	(85.996)	-6,16	(77.328)	-5,62	11,21
Material	(4.438)	-0,32	(3.997)	-0,29	11,03
Serviços de terceiros	(45.822)	-3,28	(44.914)	-3,27	2,02
Taxa de fiscalização da ANEEL	(5.075)	-0,36	(4.073)	-0,30	24,60
Energia elétrica comprada para revenda	(211.593)	-15,16	(233.647)	-16,99	(9,44)
Encargos de uso da rede elétrica	(96.877)	-6,94	(81.761)	-5,95	18,49
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(65.533)	-4,70	(57.792)	-4,20	13,39
Depreciação e amortização	(214.300)	-15,36	(216.784)	-15,77	(1,15)
Provisão para contingências	(7.283)	-0,52	(333)	-0,02	2.087,09
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	156	0,01	1.798	0,13	(91,32)
Aluguéis	(3.781)	-0,27	(3.604)	-0,26	4,91
Seguros	(5.550)	-0,40	(4.843)	-0,35	14,60
Perda pela não recuperabilidade de ativos	(25.402)	-1,82	-	0,00	100,00
Outras	(11.316)	-0,81	(8.807)	-0,64	28,49
Total das despesas operacionais	(782.810)	-56,09	(736.085)	-53,54	6,35
Resultado operacional	433.410	31,06	486.913	35,41	(10,99)
Despesas financeiras (líquidas)	(178.372)	-12,78	(91.796)	-6,68	94,31
Imposto de renda e contribuição social	(72.391)	-5,19	(109.539)	-7,97	(33,91)
Lucro líquido	182.647	13,09	285.578	20,77	(36,04)

Receita Operacional

A receita operacional bruta em 2015 foi de R\$ 1.395,6 milhões, o que representa crescimento de R\$ 20,7 milhões, ou 1,5%, em relação ao ano anterior. O impacto foi decorrente do aumento do volume de venda de contratos bilaterais em substituição ao volume existente no ACR que se encerrou em 2014. Esse aumento foi parcialmente compensado pelas liquidações realizadas no Mercado de Curto Prazo (MCP).

A controlada contribuiu em R\$ 26,3 milhões (1,9%) no total da receita operacional no consolidado da Companhia.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de							
Fornecimento de energia	2015			2014			% Variação 2015/2014
	Volume (em MWh)	Receita operacional (milhares de reais)	%	Volume (em MWh)	Receita operacional (milhares de reais)	%	
Contratos bilaterais	8.023.328	1.326.314	95,03	6.301.864	1.053.325	76,61	25,92
Contratos de leilões	-	-	-	1.849.596	223.359	16,25	(100,00)
MCP/MRE/Outros	3.673.266	69.304	4,97	2.869.684	98.245	7,15	(29,46)
Total	11.696.594	1.395.618	100	11.021.144	1.374.929	100	1,50

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)

A receita operacional derivada dos contratos do ACL aumentou 25,9%, para R\$ 1.326,3 milhões em 2015, em comparação aos R\$ 1.053,3 milhões em 2014. O crescimento se deu em função dos melhores preços praticados e aumento no volume, antes negociado como ACR pelo encerramento dos contratos.

A controlada contribuiu em R\$ 23,8 milhões (1,8%) no total da receita operacional derivada dos contratos de ACL no consolidado da Companhia.

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”)

Devido ao encerramento de contratos nessa modalidade, em 2015 não houve receita derivada dos contratos do ACR. Em 2014 a receita operacional foi de R\$223,4 milhões.

Mercado de Curto Prazo

As regras de mercado preveem uma liquidação financeira que reflete o comportamento hidrológico. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é onde são apurados esses efeitos e através dessa apuração são auferidas as receitas de MRE e PLD.

A receita operacional derivada das operações de MCP e MRE reduziu R\$ 24,4 milhões, o que representa um decréscimo de 26,1% em relação a 2014. Tal redução se deve, principalmente, ao cenário hidrológico que permaneceu desfavorável no exercício de 2015.

Deduções à Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia está sujeita ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) e à Contribuição ao Programa de Integração Social (“PIS”)/Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”). Dentro do estado de São Paulo o ICMS é diferido na geração de energia elétrica e nas vendas para outros estados poderá haver

incidência de acordo com a legislação do estado de destino, havendo cobrança deste imposto por substituição tributária (ICMS-ST). O ICMS-ST é cobrado sobre a receita operacional bruta recebida de consumidores livres a uma taxa que pode variar entre 7% e 30%, conforme determinado pela legislação do Estado em que o consumidor livre está localizado. PIS e COFINS são cobrados sobre a receita operacional bruta a uma taxa que depende da modalidade de faturamento. No ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), a tarifa é de 3,65%, de acordo com o Artigo 47 da Lei nº 10.637/2002, que possibilita a opção por regime especial de tributação cumulativa do PIS e COFINS nas operações de compra e venda de energia junto a CCEE. Nas outras modalidades de faturamento, a tarifa sobre receita operacional bruta gerada é de 9,25%.

Em 2007, a ANEEL, através do Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/07, de 14 de novembro de 2007, estabeleceu que as despesas com pesquisa e desenvolvimento deveriam ser classificadas como deduções à receita operacional.

As deduções à receita operacional aumentaram R\$ 27,5 milhões, ou 18,1%, em relação a 2014. Tal crescimento ocorreu, principalmente, devido ao aumento na apuração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) decorrente de comercialização com clientes de estados onde a alíquota de imposto é maior.

A controlada contribuiu em R\$ 1,0 milhão (0,6%) no total da dedução à receita operacional no consolidado da Companhia.

Receita Operacional Líquida

Como resultado dos fatores citados, em 2015, a receita operacional líquida reduziu 0,6% na comparação com 2014 alcançando R\$ 1.216,2 milhões.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais totalizaram R\$ 782,8 milhões, aumento de 6,35% em relação ao montante do ano anterior (R\$ 736,1 milhões), principalmente em decorrência da consolidação das despesas operacionais da controlada.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido apresentado em 2015 foi negativo em R\$ 178,4 milhões, o que representa impacto negativo de 94,3% na comparação com o ano de 2014. Essa variação decorreu da diminuição das receitas financeiras ocasionada principalmente pelo menor volume

médio investido no exercício, e também do aumento das despesas financeiras consequência da elevação dos índices inflacionários.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são cobrados com base em receita tributável, corrigida pelas despesas dedutíveis, indedutíveis, diferenças temporárias e a compensação de perdas de imposto de renda e contribuição social até o limite de 30% da renda tributável por ano. A atual taxa de imposto de renda é 25% e a atual taxa da contribuição social é 9%.

Em milhares de reais

	2015		2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo				
IRPJ e CSLL	3.873	819	8.584	819
PIS e COFINS	1.274	141	7.265	141
ISS	-	-	21	-
INSS	-	1.168	39	-
	5.147	2.128	15.909	960
Passivo				
IRPJ e CSLL	118.246	-	75.475	-
PIS e COFINS	10.510	-	10.145	-
ICMS	1.511	-	1.468	-
IRRF sobre JSCP	8.176	-	9.454	-
Outros	440	-	336	-
	138.883	-	96.878	-
Ativo de imposto diferido				
Diferenças temporárias	-	(72.544)	-	(10.971)
Benefício fiscal	-	(28.183)	-	(32.185)
Receita diferida	-	(9.338)	-	(4.448)
Passivo de imposto diferido				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	377.165	-	414.036
Ajuste atuarial plano de pensão	-	2.424	-	1.998
Mais valia - Investimento em controlada	-	3.037	-	-
Passivo de imposto diferido (líquido)	-	272.561	-	368.430

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 (Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43), a Companhia reconheceu o valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído) na data da adoção

inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, a Companhia também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganho de avaliação patrimonial do plano de pensão e aposentadoria no montante de R\$ 425 (R\$ 161 em 31 de dezembro de 2014).

Em 31 de dezembro de 2015, as diferenças intertemporais representadas por despesas dedutíveis no futuro, apresentaram o montante de R\$ 213.368 (R\$ 32.268 em 31 de dezembro de 2014), com efeito de R\$ 72.544 em impostos diferidos ativos (R\$ 10.971 em 31 de dezembro de 2014). A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação. A principal variação ocorrida em 2015 é decorrente da liminar concedida à APINE. Em virtude da imprevisibilidade do resultado desta liminar, a Companhia optou por oferecer seus valores à tributação e diferir seus efeitos no resultado, até que o mérito da ação seja julgado.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 (Apresentação das demonstrações contábeis).

Demonstrações da Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social

	2015			2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	255.038			395.117		
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	63.760	22.953	86.713	98.779	35.561	134.340
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(2.204)	73	(2.131)	(2.196)	74	(2.122)
Despesas indedutíveis	2.021	591	2.612	2.365	710	3.075
Juros sobre capital próprio	(13.126)	(4.725)	(17.851)	(15.676)	(5.643)	(21.319)
Incentivos fiscais	(2.918)	-	(2.918)	(4.414)	-	(4.414)
Diferença por tributação de lucro presumido em controladas	4.337	1.672	6.009	-	-	-
Outros	(46)	3	(43)	(29)	8	(21)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	51.824	20.567	72.391	78.829	30.710	109.539
IRPJ e CSLL correntes	124.862	46.861	171.723	102.089	39.084	141.173
IRPJ e CSLL diferidos	(73.038)	(26.294)	(99.332)	(23.260)	(8.374)	(31.634)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	51.824	20.567	72.391	78.829	30.710	109.539
Alíquota efetiva	20,3%	8,1%	28,4%	20,0%	7,8%	27,8%

Em milhares de reais

Benefício fiscal – Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Companhia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda. (“Duke Sudeste”), teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial. Segue sua composição:

	2015			2014
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(222.502)	146.847	(75.655)	(71.653)
Saldos no final do exercício	82.904	(54.721)	28.183	32.185

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como conta redutora desses mesmos tributos no passivo não circulante, na rubrica impostos diferidos. Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado no exercício conforme demonstrado a seguir:

	2015	2014
Amortização do ágio	(11.770)	(12.745)
Reversão da provisão	7.768	8.412
Benefício fiscal	4.002	4.333
Efeito líquido no exercício	-	-

Realização do benefício fiscal referente ao ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2016	2017	2018	2019	2020 - 2021	2022 - 2024	2025 em diante	Total
Realização estimada	3.695	3.299	2.946	2.630	4.445	5.035	6.133	28.183

Lucro Líquido

Em 2015, a Companhia registrou redução de 36,0% no lucro líquido consolidado comparativamente a 2014. O principal fator que contribuiu para esse resultado foi o cenário hidrológico que permaneceu desfavorável no exercício de 2015, com retração de demanda e maior despacho térmico, o que resultou em compra de energia no mercado de curto prazo.

A Controladora registrou como equivalência patrimonial o efeito do prejuízo da Duke Energy International Geração Sapucaí–Mirim Ltda., no montante de R\$ (13,4) milhões.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia destina 100% do lucro líquido ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, após constituição da reserva legal.

Ebitda

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado como o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda apresentou redução de 8,0% em comparação ao exercício de 2014, principalmente em decorrência do decréscimo do resultado do exercício da Companhia e de sua controlada em virtude do volume de compra de energia no mercado de curto prazo.

Ebitda e margem Ebitda (Em milhares de reais)

	2015	2014	% Variação 2015/2014
Lucro líquido	182.647	285.578	-36,0
Imposto de renda e contribuição social	72.391	109.539	-33,9
Resultado financeiro (líquido)	178.372	91.796	94,3
Depreciação e amortização	214.300	216.784	-1,1
EBITDA	647.710	703.697	-8,0
	<i>53,3%</i>	<i>57,5%</i>	

Resultados Operacionais

Período encerrado em 31 de dezembro de 2014 em comparação ao período encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de					
(em milhares de reais)	2014	% Receita Operacional	2013	% Receita Operacional	% Variação 2014/2013
Receita operacional bruta	1.374.929	100	1.354.619	100	1,50
Deduções às receitas operacionais	(151.931)	-11,05	(138.583)	-10,23	9,63
Receita operacional líquida	1.222.998	88,95	1.216.036	89,77	0,57
Despesas operacionais					
Pessoal	(77.328)	-5,62	(73.397)	-5,42	5,36
Material	(3.997)	-0,29	(4.025)	-0,30	(0,70)
Serviços de terceiros	(44.914)	-3,27	(40.542)	-2,99	10,78
Taxa de fiscalização da ANEEL	(4.073)	-0,30	(4.190)	-0,31	(2,79)
Energia elétrica comprada para revenda	(233.647)	-16,99	(17.033)	-1,26	1.271,73
Encargos de uso da rede elétrica	(81.761)	-5,95	(77.604)	-5,73	5,36
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(57.792)	-4,20	(62.024)	-4,58	(6,82)
Depreciação e amortização	(216.784)	-15,77	(217.436)	-16,05	(0,30)
Provisão para contingências	(333)	-0,02	(4.714)	-0,35	(92,94)
Estimativa para créditos de liquidação duvidosa	1.798	0,13	371	0,03	384,64
Aluguéis	(3.604)	-0,26	(3.741)	-0,28	(3,66)
Seguros	(4.843)	-0,35	(4.364)	-0,32	10,98
Outras	(8.807)	-0,64	(11.109)	-0,82	(20,72)
Total das despesas operacionais	(736.085)	-53,54	(519.808)	-38,37	41,61
Resultado operacional	486.913	35,41	696.228	51,40	(30,06)
Despesas financeiras (líquidas)	(91.796)	-6,68	(101.131)	-7,47	(9,23)
Imposto de renda e contribuição social	(109.539)	-7,97	(176.846)	-13,06	(38,06)
Lucro líquido	285.578	20,77	418.251	30,88	(31,72)

Receita Operacional

A receita operacional bruta em 2014 foi de R\$ 1.374,9 milhões, o que representa crescimento de R\$ 20,3 milhões, ou 1,5%, em relação ao ano anterior. O impacto positivo referente ao aumento de volume e preço nos contratos bilaterais foi parcialmente compensado pela redução dos volumes de energia vendida no mercado de curto prazo.

Fornecimento de energia	2014			2013			% Variação 2014/2013
	Volume (em MWh)	Receita operacional (milhares de reais)	%	Volume (em MWh)	Receita operacional (milhares de reais)	%	
Contratos bilaterais	6.301.864	1.053.325	76,61	6.231.649	958.980	70,79	9,84
Contratos de leilões	1.849.596	223.359	16,25	2.315.564	259.044	19,12	(13,78)
PLD/MRE/Outros	2.869.684	98.245	7,15	3.437.298	136.595	10,08	(28,08)
Total	11.021.144	1.374.929	100	11.984.511	1.354.619	100	1,50

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”)

A receita operacional derivada dos contratos do ACL aumentou 9,8%, para R\$ 1.053,3 milhões em 2014, em comparação aos R\$ 958,9 milhões em 2013. O crescimento se deu em função dos melhores preços praticados e aumento no volume, antes negociado como ACR pelo encerramento dos contratos.

Fornecimento de Energia – Contratos no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”)

A receita operacional derivada dos contratos do ACR diminuiu 13,8%, totalizando R\$ 223,4 milhões em 2014 em comparação aos R\$ 259,0 milhões em 2013. A principal razão da redução da receita dos contratos de ACR foi o encerramento de contratos nessa modalidade.

Mercado de Curto Prazo

As regras de mercado preveem uma liquidação financeira que reflete o comportamento hidrológico. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE é onde são apurados esses efeitos e através dessa apuração são auferidas as receitas de MRE e PLD.

A receita operacional derivada das operações no MRE reduziu R\$ 3,3 milhões, o que representa uma redução de 10,7% em relação a 2013. Tal redução se deve, principalmente, pelo cenário hidrológico desfavorável em 2014.

Deduções à Receita Operacional

A receita operacional bruta da Companhia está sujeita ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) e à Contribuição ao Programa de Integração Social (“PIS”)/Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”). Dentro do estado de São Paulo o ICMS é diferido na geração de energia elétrica e nas vendas para outros estados poderá haver incidência de acordo com a legislação do estado de destino, havendo cobrança deste imposto por substituição tributária (ICMS-ST). O ICMS-ST é cobrado sobre a receita operacional bruta recebida de consumidores livres a uma taxa que pode variar entre 7% e 30%, conforme determinado pela legislação do Estado em que o consumidor livre está localizado. PIS e COFINS são cobrados sobre a receita operacional bruta a uma taxa que depende da modalidade de faturamento. No ambiente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), a tarifa é de 3,65%, de acordo com o Artigo 47 da Lei nº 10.637/2002, que possibilita a opção por regime especial de tributação cumulativa do PIS e COFINS nas operações de compra e venda

de energia junto a CCEE. Nas outras modalidades de faturamento, a tarifa sobre receita operacional bruta gerada é de 9,25%.

Em 2007, a ANEEL, através do Ofício Circular SFF/ANEEL nº 2.409/07, de 14 de novembro de 2007, estabeleceu que as despesas com pesquisa e desenvolvimento deveriam ser classificadas como deduções à receita operacional.

As deduções à receita operacional aumentaram R\$ 13,3 milhões, ou 9,6%, em relação a 2013. Tal crescimento ocorreu principalmente, devido a alteração da composição da receita operacional nas linhas de Mercado de Curto Prazo (MCP), Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Receita Operacional Líquida

Como resultado dos fatores citados, em 2014, a receita operacional líquida aumentou 0,6% na comparação com 2013 e alcançou R\$ 1.223,0 milhões.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais totalizaram R\$ 736,1 milhões, aumento de 41,6% em relação ao montante do ano anterior (R\$ 519,8 milhões), principalmente em decorrência do aumento da energia elétrica comprada para revenda.

As demais despesas gerais e administrativas, aumentaram principalmente em função dos reajustes inflacionários.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro apresentado em 2014 foi negativo em R\$ 91,8 milhões, o que representa redução de 9,2% na comparação com o ano de 2013. O aumento das receitas é decorrente das aplicações financeiras e em contrapartida, o aumento das despesas é proveniente da elevação dos índices inflacionários.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social são cobrados com base em receita tributável, corrigida pelas despesas dedutíveis, indedutíveis, diferenças temporárias e a compensação de perdas de imposto de renda e contribuição social até o limite de 30% da renda tributável por ano. A atual taxa de imposto de renda é 25% e a atual taxa da contribuição social é 9%.

A Companhia optou pelo Regime Transitório de Tributação ("RTT") de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/2007, e pelos arts. 36 e 37 da MP nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), que modificam o critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício definido no Art. 191 da Lei nº 6.404/1976. Os efeitos advindos da adoção das leis mencionadas anteriormente não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

Em milhares de reais

	2014		2013	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ativo				
IRPJ e CSLL	8.584	819	4.772	-
PIS e COFINS	7.265	141	227	-
ICMS	-	-	-	318
ISS	21	-	21	-
INSS	39	-	39	-
	15.909	960	5.059	318
Passivo				
IRPJ e CSLL	75.475	-	160.538	-
PIS e COFINS	10.145	-	10.018	-
ICMS	1.468	-	1.442	-
IRRF sobre JSCP	9.454	-	9.934	-
Outros	336	-	308	-
	96.878	-	182.240	-
Ativo de imposto diferido				
Diferenças temporárias	-	(10.971)	-	(11.495)
Benefício fiscal	-	(32.185)	-	(36.518)
Receita Diferida	-	(4.448)	-	(3.152)
Passivo de imposto diferido				
Ajuste de avaliação patrimonial	-	414.036	-	449.231
Ajuste atuarial Plano de pensão	-	1.998	-	1.837
Passivo de imposto diferido (líquido)	-	368.430	-	399.903

Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias

Em 1º de janeiro de 2009, conforme previsto no CPC 27 (Ativo imobilizado) e em atendimento às orientações contidas no ICPC 10 (Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e à propriedade para investimento dos pronunciamentos técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43), a Companhia reconheceu o valor justo do ativo imobilizado (custo atribuído) na data da adoção inicial dos CPCs e do IFRS. Em decorrência, a Companhia também reconheceu os correspondentes valores de imposto de renda e de contribuição social diferidos, nessa data de transição.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ganho de avaliação patrimonial do plano de pensão e aposentadoria no montante de R\$ 161 (R\$ 746 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, as diferenças intertemporais representadas por despesas dedutíveis no futuro, apresentam o montante de R\$ 32.268 (R\$ 33.809 em 31 de dezembro de 2013), correspondentes a R\$ 10.971 de impostos diferidos ativos (R\$ 11.495 em 31 de dezembro de 2013). A realização do imposto de renda e contribuição social ocorrerá na medida em que tais valores sejam oferecidos à tributação.

A Companhia apresenta o imposto de renda e contribuição social diferidos no grupo não circulante conforme CPC 26 (Apresentação das demonstrações contábeis).

Demonstrações da Apuração do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em milhares de reais

	2014			2013		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL		395.117			595.097	
Alíquota nominal do IRPJ e CSLL	25%	9%	34%	25%	9%	34%
IRPJ e CSLL a alíquotas da legislação	98.779	35.561	134.340	148.774	53.559	202.333
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva						
Amortização encargo credor inflacionário	(2.196)	74	(2.122)	(2.212)	74	(2.138)
Despesas indedutíveis	2.365	710	3.075	2.082	610	2.692
Juros sobre capital próprio	(15.676)	(5.643)	(21.319)	(16.738)	(6.026)	(22.764)
Incentivos fiscais	(4.414)	-	(4.414)	(3.607)	-	(3.607)
Ajuste saldo negativo 2012	-	-	-	244	118	362
Outros	(29)	8	(21)	(39)	7	(32)
IRPJ e CSLL com efeito no resultado	78.829	30.710	109.539	128.504	48.342	176.846
IRPJ e CSLL corrente	102.089	39.084	141.173	152.480	56.973	209.453
IRPJ e CSLL diferidos	(23.260)	(8.374)	(31.634)	(23.976)	(8.631)	(32.607)
Total IRPJ e CSLL com efeito no resultado	78.829	30.710	109.539	128.504	48.342	176.846
Alíquota efetiva	20,0%	7,8%	27,8%	21,6%	8,1%	29,7%

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação das seguintes normas: CPC 33 R1 (Benefícios a empregados), CPC 10 (R1) (Pagamento baseado em ações) e CPC 27 (Ativo imobilizado).

Benefício fiscal – Ágio incorporado

O montante de ágio absorvido pela Companhia, em razão da incorporação da Duke Energia do Sudeste Ltda (“Duke Sudeste”), teve como fundamento econômico a expectativa de resultados futuros e será amortizado até 2030, conforme estipulado pela Resolução Aneel nº 28/2002, baseado na projeção de resultados futuros, elaborada por consultores externos naquela data.

A Companhia constituiu provisão para manter a integridade do patrimônio, cuja reversão neutralizará o efeito da amortização do ágio no balanço patrimonial. Segue sua composição:

			31/12/2014	31/12/2013
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
Saldos oriundos da incorporação	305.406	(201.568)	103.838	103.838
Realização	(210.732)	139.079	(71.653)	(67.320)
Saldos no final do período	94.674	(62.489)	32.185	36.518

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, o valor líquido correspondente ao benefício fiscal – imposto de renda e contribuição social, acima descrito, está sendo apresentado no balanço patrimonial como conta redutora desses mesmos tributos no passivo não circulante, na rubrica impostos diferidos. Na forma prevista pela instrução CVM nº 319/1999, não há efeitos no resultado no exercício conforme demonstrado a seguir:

	2014	2013
Amortização do ágio	(12.745)	(13.752)
Reversão da provisão	8.412	9.076
Benefício fiscal	4.333	4.676
Efeito líquido no período	-	-

Realização do benefício fiscal referente ao ágio incorporado da Duke Sudeste.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 - 2021	2022 - 2024	2025 em diante	Total
Realização estimada	4.002	3.695	3.299	2.946	2.630	4.445	5.035	6.133	32.185

Lucro Líquido

Em 2014, a Companhia registrou redução no lucro líquido de 31,7% comparativamente a 2013, de R\$ 418,3 milhões para R\$ 285,6 milhões. O principal fator que contribuiu para essa redução foi o aumento das despesas operacionais na rubrica de “Energia comprada para revenda”, em virtude do cenário hidrológico desfavorável devido a escassez de chuvas. De acordo com seu Estatuto Social, a companhia destina 100% do lucro líquido ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, após constituição da reserva legal.

Ebitda

O Ebitda (Lajida – lucro antes dos juros, impostos sobre renda incluindo contribuição social sobre lucro líquido, depreciação e amortização) é calculado como o lucro líquido acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. O Ebitda é uma medição não contábil, calculada tomando como base as disposições da Instrução CVM nº 527/2012. O Ebitda não deve ser considerado como uma alternativa ao fluxo de caixa como indicador de liquidez.

A Administração da Companhia acredita que o Ebitda fornece uma medida útil de seu desempenho, que é amplamente utilizado por investidores e analistas para avaliar desempenho e comparar empresas.

O Ebitda reduziu 23,0% em comparação ao exercício de 2013, principalmente em decorrência do aumento da energia comprada para revenda.

Ebitda e margem Ebitda (Em milhares de reais)

	2014	2013	% Variação 2014/2013
Lucro líquido	285.578	418.251	-31,7
Imposto de renda e contribuição social	109.539	176.846	-38,1
Resultado financeiro (líquido)	91.796	101.131	-9,2
Depreciação e amortização	216.784	217.436	-0,3
EBITDA ⁽¹⁾	703.697	913.664	-23,0
	57,5%	75,1%	

Item 10.3

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional que causasse efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 02 de outubro de 2014 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.182/2015, publicada em 22 de abril de 2015, a aquisição Rio Sapucaí-Mirim Energia Ltda., anteriormente denominada Duke Energy Internacional Geração Sapucaí-Mirim Ltda (então DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda) pela Companhia, conforme informações detalhadas no item 6.5 deste formulário de referência, pelo preço de aquisição de R\$ 181 milhões de reais para compra e venda da totalidade da participação da Rio Paranapanema Participações Ltda., anteriormente denominada Duke Energy International Brasil Ltda., sendo que o Preço de Aquisição ficou sujeito a ajuste em decorrência da variação na posição da Dívida Líquida da Sociedade, no montante R\$ 10.434.027 (dez milhões e quatrocentos e trinta e quatro mil e vinte e sete reais), verificada entre 30 de junho de 2014 e a data de fechamento, 06 de maio de 2015, conforme veio a constar nas Demonstrações Financeiras de Fechamento. A data da consumação da cessão e transferência das Quotas da Rio Sapucaí-Mirim Energia, anteriormente denominada Duke Energy Internacional Geração Sapucaí-Mirim Ltda (então DEB – Pequenas Centrais Hidrelétricas Ltda) para a Companhia foi 07 de maio de 2015.

Essa operação, adicionou 32,5MW de capacidade instalada ao parque gerador da Companhia.

c. eventos ou operações não usuais

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, de 15 de julho de 2016, a proposta do Conselho de Administração para a captação de recursos pela Companhia no mercado na forma de dívida, por meio da 6ª emissão pública de 16.000 (dezesesseis mil) debêntures, não conversíveis em ações, em série única, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local, com valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), coordenada pelo Banco Citibank S.A, as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, destinadas exclusivamente a investidores profissionais. A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) nas deliberações da reunião da diretoria da Companhia realizada em 17 de junho de 2016 ("RD"); (ii) nas

deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 17 de junho de 2016 ("RCA"); (iii) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 17 de junho de 2016; (iv) nas deliberações da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 23 de agosto de 2016 ("RCA de 23 de agosto"); e (v) nas deliberações da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 15 de julho de 2016 ("AGE");

Em 04 de maio de 2015 foi Aprovada em Reunião do Conselho de Administração a contratação do Banco Citibank para a emissão de Cédula de Crédito Bancário, representativa de operação de empréstimo, de acordo com Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004, no montante de R\$ 181.000, sendo o mesmo atualizado a 100% da variação acumulada do CDI, acrescido de juros de 1,40% ao ano. O prazo de vencimento desse empréstimo é de dois anos, podendo ocorrer um pré-pagamento, após o primeiro ano de vigência do contrato. Não há ativos dados como garantia para a obtenção dessa operação financeira e não há cláusulas restritivas. Os recursos deste empréstimo foram 100% utilizados para a aquisição do ativo mencionado no item "b." acima.

Em 12 de agosto de 2014, após aprovação da proposta de redução de capital por todos os órgãos sociais e regulatórios da Companhia, foi convocada Assembleia Geral Extraordinária, para apreciar e votar a proposta da Administração sobre a redução do capital social, previamente aprovada pela SFF da ANEEL, de acordo com o Despacho nº 140 de 21 de janeiro de 2014 e nº 3375 de 26 de agosto de 2014. Nesse sentido, em 28 de agosto de 2014, a proposta da Companhia de Redução de Capital foi devidamente aprovada pelos Acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária e paga aos acionistas em 07 de novembro de 2014 após transcorrido o prazo de 60 dias (sessenta dias) de oposição de credores, previsto no parágrafo 2º do art. 174 da Lei nº 6.404/1976 sem a incidência de correção sobre o valor creditado aos acionistas entre a data de deliberação da AGE e o efetivo crédito aos acionistas. A redução de capital, de R\$ 1.339.137.503,80 para R\$ 839.137.503,80 com uma redução efetiva no valor de R\$ 500.000.000,00 milhões não acarretou no cancelamento de quaisquer ações ordinárias ou preferenciais representativas do capital social, mantendo-se, ademais, inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital social da Companhia.

Em 28 de abril de 2014, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a proposta do Conselho de Administração para a captação de recursos pela Companhia no mercado na forma de dívida, por meio da 5ª emissão pública de 47.900 (quarenta e sete mil e novecentas) debêntures, não conversíveis em ações, em duas séries, emitidas sob a forma nominativa, escritural, da espécie quirografária, no mercado local, com valor nominal unitário de

R\$ 10.000,00, coordenada pelo Banco BTG Pactual S.A., as quais foram distribuídas com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, destinadas exclusivamente a investidores qualificados.

A oferta foi emitida com base nas deliberações: (i) da reunião da diretoria da Companhia realizada em 25 de março de 2014 ("RD"); (ii) da reunião do conselho de administração da Companhia realizada em 03 de abril de 2014 ("RCA de 03 de abril de 2014"); (iii) no parecer favorável do Conselho Fiscal da Companhia datado de 03 de abril de 2014 ("Parecer"); (iv) da assembleia geral extraordinária dos acionistas da Companhia realizada em 28 de abril de 2014 ("AGE").

A Companhia registra em suas demonstrações financeiras todos os impactos financeiros relativos às operações relacionadas no item "c." acima. Detalhes dessas operações podem ser encontrados no item 10.1 deste Formulário de Referência.

Item 10.4

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

A Companhia e sua controlada não adotaram as IFRSs novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Vigência</u>
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (“ <i>International Accounting Standards Board</i> ”), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.
IFRS 16	Leasing	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.
Modificações ao IAS 7	Refere-se ao requerimento de a entidade divulgar notas explicativas que permitam aos usuários das DFs avaliarem as mudanças em passivos advindos de atividades de financiamento	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.
Modificações ao IAS 12	Refere-se a aspectos específicos sobre o reconhecimento de impostos diferidos	Exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017.

A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Administração da Companhia avaliou as novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados nas Demonstrações Financeiras do exercício de 31 de dezembro de 2016.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Em 2016, os Auditores Independentes apresentaram em seu parecer a respeito das Demonstrações Financeiras da Companhia o seguinte parágrafo de ênfase:

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.11 e nº 3.1.2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando os fatos e as circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do Poder Concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Em 2015, os Auditores Independentes apresentaram em seu parecer a respeito das Demonstrações Financeiras da Companhia o seguinte parágrafo de ênfase:

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.11 e nº 3.1.2 das Demonstrações Financeiras do exercício de 2015, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando os fatos e as circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do Poder Concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Em 2014, os Auditores Independentes apresentaram em seu parecer a respeito das Demonstrações Financeiras da Companhia o seguinte parágrafo de ênfase:

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2.10 e nº 3.1.2, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando os fatos e as circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do Poder Concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Item 10.5

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para o registro de certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinação de provisões para imposto de renda, contribuição social e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, o International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, quando aplicável, as regulamentações emitidas pela ANEEL, quando esta não estiver em desacordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" de barragens, edificações, máquinas, móveis e veículos na data de convergência para IFRS, e determinados ativos financeiros compreendendo ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente e;

Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia e de sua Controlada no processo de aplicação das suas políticas contábeis.

Consolidação

Demonstrações financeiras consolidadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Controlada

Controlada é uma entidade na qual a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação maior que a metade dos direitos a voto (capital votante). A controlada é consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as adotadas pela Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, e contas garantidas liquidadas em curto espaço de tempo.

Instrumentos financeiros

Classificação

A Companhia e sua controlada classificam seus ativos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao valor justo através do resultado e (ii) empréstimos e recebíveis. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, dependendo da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Nestas

demonstrações financeiras, a Companhia e sua controlada possuem os seguintes instrumentos financeiros:

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia e sua controlada compreendem "Contas a receber de clientes, e demais contas a receber". A Companhia não opera com derivativos e também não aplica a metodologia denominada contabilidade de operações de hedge (hedge accounting).

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação – data na qual a Companhia e sua controlada se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os custos das transações dos ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado (destinados à negociação) são reconhecidos no resultado. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e sua controlada tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "outros ganhos (perdas) líquidos" no período em que ocorrem.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-lo, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

Ativos negociados ao custo amortizado

A Companhia e sua controlada avaliam no fim de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e sua controlada utilizam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- i. Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- ii. Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii. A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- iv. Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- v. O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- vi. Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e sua controlada pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio de resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se o impairment não tivesse sido reconhecido

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia e sua controlada. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. Incluem os valores relativos ao suprimento de energia elétrica faturada e não faturada, inclusive a comercialização de energia elétrica efetuada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa. Na prática, dado o prazo de cobrança, são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária.

Estimativa para créditos de liquidação duvidosa - Impairment

Constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança destes créditos.

A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia e sua controlada não serão capazes de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque, classificados na rubrica (“outros ativos”) no ativo circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) estão registrados ao custo de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

Despesas pagas antecipadamente

Os valores registrados no ativo representam as despesas pagas antecipadamente de seguros, para apropriação conforme o regime de competência, isto é, amortizadas linearmente pelo prazo de vigência da apólice, bem como gastos incorridos com o sistema de banco de dados de cadastramento das propriedades nas bordas dos reservatórios, amortizados linearmente pelo prazo da concessão.

Serviços em curso

Os valores registrados nessa rubrica referem-se aos recursos aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, em consonância com a Resolução Normativa nº 605/2014 da ANEEL. Quando concluído, os projetos são baixados em contrapartida da conta do circulante no passivo, relacionada a provisão de P&D e submetidos à aprovação da Superintendência da ANEEL.

Ativos intangíveis

Softwares

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos ligados diretamente ao funcionamento do software. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos. Os gastos relativos à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao

projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e sua controlada, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Utilização de bem público – UBP

Pela exploração da geração de energia elétrica outorgada através dos contratos de concessões, a Companhia pagou, ao longo de cinco anos, contados a partir das assinaturas dos contratos, valores anuais, em parcelas mensais referentes à UBP. Tais desembolsos, a valores históricos, foram reconhecidos no grupo de intangíveis, e são amortizados ao longo do período de concessão.

Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são apresentados pelo custo histórico ou atribuído, deduzidos das respectivas depreciações. Com exceção dos terrenos, todos os bens, ou conjuntos de bens que apresentavam valores contábeis substancialmente diferentes dos valores justos na data da adoção das novas práticas contábeis tiveram o valor justo como custo atribuído na data de transição em 1º de janeiro de 2009. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e de ativos qualificadores.

Os terrenos foram mantidos a custo histórico devido a Companhia e sua controlada entenderem que são os valores aceitos pelo órgão regulador para fins de indenização ao final da concessão/autorização.

Os custos subsequentes aos valores históricos são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-econômica remanescente, como segue:

Vida útil média remanescente:

	Controladora	Controlada
Reservatórios, barragens e adutoras	15	45
Edificações, obras civis e benfeitorias	20	43
Máquinas e equipamentos	12	30
Veículos	5	3
Móveis e utensílios	6	14

Administração da Companhia e sua controlada entendem, suportada por seus assessores legais, que não houve, até o momento, alteração nas condições de indenização dos ativos a serem revertidos ao final da concessão / autorização e que possui o direito à indenização do valor residual de todos os bens vinculados e reversíveis, inclusive dos terrenos, considerando os fatos e circunstâncias disponíveis atualmente. Caso haja legislação nova que venha a alterar as condições atuais, a Companhia e sua controlada avaliarão os efeitos correspondentes, em suas demonstrações financeiras.

Os valores de depreciação e valores residuais dos ativos são revistos e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados das alienações com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício em "Outras despesas operacionais".

Contratos de Concessão

Em 22 de setembro de 1999, a Companhia e a ANEEL assinaram o contrato de Concessão de Geração nº 76/1999, que regula as concessões de UBP para geração de energia elétrica das usinas Jurumirim, Chavantes, Salto Grande, Capivara, Taquaruçu e Rosana, outorgadas pelo Decreto s/nº de 20 de setembro de 1999, sendo que em 5 de agosto de 2011 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo. O contrato concede à Companhia o direito de produção e comercialização de energia elétrica na condição de produtor independente, deixando, a partir daquela data, de recolher a Reserva Global de Reversão – RGR (exceto recursos retidos originalmente pela Cesp e parcialmente transferidos à Companhia em decorrência do processo de cisão daquela empresa), para contribuir com uma taxa de UBP, por um período de 5 anos. O

prazo de duração da concessão e do contrato é de 30 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 30 de julho de 1998 foi assinado o Contrato de Concessão nº 183/98 e em 18 de agosto de 2000 foi firmado o Primeiro Termo Aditivo a este contrato, que regulam as concessões para geração de energia elétrica das usinas Canoas I e Canoas II, tendo como partes a ANEEL e as empresas do Consórcio Canoas, formado pela Companhia, como produtora independente de energia elétrica, e a Companhia Brasileira de Alumínio – CBA na condição de autoprodutor; tal contrato prevê que 53,8MW médios são disponibilizados à CBA. Eventuais sobras de energia não utilizadas pela CBA devem ser absorvidas, sem ônus, pela Companhia. Reciprocamente, em regime normal de operação, quando a geração for inferior ao estabelecido contratualmente, a diferença será complementada, sem ônus, pela Companhia. O contrato de concessão tem prazo de vigência de 35 anos a partir da data de assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por até 20 anos a critério do Poder Concedente.

Em 14 de maio de 2015, foi publicada a portaria Ministério de Minas e Energia - MME nº 156/2015, que autorizou o aumento da garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas (“UHE”) Capivara, UHE Rosana e UHE Taquaruçu, sob concessão da Companhia.

Em razão dessa autorização, a garantia física de energia total da Companhia passou de 1.085,6 MW médios para 1.104,8 MW médios.

Após a finalização da modernização da Unidade Geradora 1 da UHE Chavantes, a ANEEL publicou em 29 de julho de 2015, o despacho nº 2.436/2015 que autorizou o acréscimo de 4,1 MW médios na garantia física da usina.

Dessa forma a garantia física de energia total da Companhia, passou de 1.104,8 MW médios para 1.108,9 MW médios.

Resoluções autorizativas

Controlada

A ANEEL autorizou a exploração do potencial hidrelétrico das Pequenas Centrais Hidrelétricas Retiro e Palmeiras respectivamente, através das Resoluções nº 549 de 08 de outubro de 2002 e nº 706 de 17 de dezembro de 2002, em nome da Sociedade de Energia Bandeirantes – SEBAND – Ltda. (“SEBAND”).

Em fevereiro de 2007, a Duke Energy International, Brasil Ltda. (“Duke Brasil”) e a SEBAND assinaram Contrato de Cessão e Transferência de Quotas e Outras Avenças, objetivando a transferência dos bens e direitos relativos à exploração do aproveitamento hidrelétrico das PCH Retiro e PCH Palmeiras para a Duke Energy International Geração Sapucaí – Mirim Ltda. (antiga DEB), concomitantemente à transferência integral das quotas da controlada para a Duke Brasil.

Através da Resolução nº 944 de 05 de junho de 2007, a ANEEL autorizou a transferência das autorizações para implantar e explorar as PCH Retiro e PCH Palmeiras da SEBAND para a Duke Energy International Geração Sapucaí – Mirim.

Em 22 de abril de 2015, ocorreu a transferência pela Duke Brasil do controle societário da controlada para Companhia.

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidade Geradora de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e sua controlada realizaram referida revisão.

Fornecedores e outras contas a pagar

Fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens, energia elétrica, encargos de uso da rede, materiais e serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, fornecedores e outras contas a pagar são apresentados como passivo não circulante.

Eles são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, considerando o prazo de pagamento, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

Debêntures e Empréstimos

As debêntures e os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os mesmos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das debêntures, uma vez que seja provável que uma parte ou o total seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período ao qual se relaciona.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Provisões

As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhistas, cíveis e fiscais) são reconhecidas quando a Companhia e sua controlada tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados, provável saída de recursos para liquidar a obrigação e valor estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia e sua controlada liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O

aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos diferidos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições tributárias assumidas pela Companhia e sua controlada com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedam o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais.

A controlada é optante pelo regime de tributação pelo lucro presumido e não constitui provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos.

Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia patrocina planos de pensão e aposentadoria a seus empregados. Esses planos foram constituídos de acordo com as características de benefício definido e contribuição definida. Os custos, contribuições e o passivo ou ativo atuarial do plano de benefício definido são determinados, anualmente, em 31 de dezembro, por atuários independentes, e apurados usando o método da unidade de crédito projetada e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012 (CPC 33 (R1)). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Para este plano, a Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Neste caso, a Companhia tem obrigações legais de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar os benefícios a todos os empregados.

A Companhia reconhece passivo no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido se o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço é maior que o valor justo dos ativos do plano.

A Companhia reconheceria um ativo no balanço patrimonial se os superávits do plano de benefício definido levassem a uma redução efetiva dos pagamentos de contribuições futuras. No momento, o superávit verificado não atendeu a esse critério e nenhum ativo foi constituído.

Os custos correntes do plano, incluindo os juros, menos os rendimentos esperados dos ativos, são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes, com efeito imediato no patrimônio líquido da Companhia.

Pagamento baseado em ações, liquidados com instrumentos patrimoniais

Não há plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia aos membros do Conselho de Administração, Diretoria e Diretoria Estatutária.

A Duke Energy Corporation (antiga Controladora da Companhia), por outro lado, opera um plano de remuneração baseado em ações, liquidado com seus instrumentos patrimoniais, para o qual elegia alguns executivos da Companhia a participar.

A Companhia recebe os serviços dos executivos elegíveis como contraprestação à remuneração baseada em ações da antiga Controladora, sendo estes valores calculados pelo valor justo das ações da Controladora na data da concessão, e reconhecido como despesa, em contrapartida do aumento do patrimônio líquido da Companhia, em conformidade com o CPC 10 R1 (Pagamento baseado em ações) - (vide nota 23.5).

Benefícios de rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pela Companhia ou pela controlada antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia e sua controlada reconhecem os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometida com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária.

Participação nos lucros

A Companhia e sua controlada reconhecem um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados, com base em uma fórmula que leva em conta o lucro líquido combinado do exercício conforme Acordo Coletivo vigente.

Capital Social

Ações Ordinárias (ON) e Preferenciais (PN) são classificadas como patrimônio líquido. As ações preferenciais não dão direito de voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Reconhecimento da receita

Receita de comercialização de energia

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de sua

controlada. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia e sua controlada reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e (iii) quando critérios específicos são atendidos para cada uma das atividades da Companhia e controlada, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia e sua controlada baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A Companhia e sua controlada reconhecem as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, MRE e MCP no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia e sua controlada, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

Receita diferida

A Companhia e sua controlada possuem contratos de longo prazo de venda de energia contendo, além da cláusula de atualização monetária por índices de preços, a previsão de redução do preço contratado na energia a ser fornecida no futuro. Em consonância com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC 05 - Orientação sobre Contratos de Concessão), para fins de linearização da receita ao longo do tempo, a Companhia e sua controlada diferem a parcela da receita obtida entre o preço de venda e o preço médio de venda no decorrer do contrato.

Receita financeira

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

Distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio – JSCP

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia, com base no seu Estatuto Social, é reconhecida como um passivo em suas demonstrações financeiras ao final do exercício.

O Estatuto Social da Companhia prevê que o pagamento de JSCP, pode ser deduzido do montante de dividendos a pagar. O montante calculado está em conformidade com a legislação vigente e o benefício fiscal gerado é reconhecido na demonstração do resultado.

Demonstrações de Valor Adicionado

A Companhia e sua controlada elaboraram demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme requerido pela legislação societária brasileira às companhias abertas. Para fins de IFRS, tais demonstrações representam informação financeira suplementar.

Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia e sua controlada elaboram estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo:

Imposto de renda, contribuição social e impostos diferidos

O método do passivo de contabilização do imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal.

Os créditos, que tem por base diferenças temporárias, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Vida útil de ativos de longa duração

A Companhia aplicou o custo atribuído na adoção inicial do IFRS de acordo com o CPC 27 (Ativo imobilizado) em 1º de janeiro de 2009 e contratou consultoria especializada para elaboração da avaliação do ativo imobilizado. A Companhia registra sua depreciação de acordo com a vida útil determinada pelos avaliadores que leva em consideração: (i) os valores residuais dos ativos (de indenização ao final da concessão ou da autorização admitidos pelos reguladores); e (ii) respeita a vida útil econômica estimada pelos reguladores que vem sendo aceita pelo mercado como adequada, a menos que exista evidência robusta de que outra vida útil é mais adequada. A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperação de ativos de vida longa.

Impairment

A Companhia e sua controlada testam a recuperação de seus ativos segregados por unidade geradora de caixa, utilizando o critério do fluxo de caixa descontado que dependem de diversas estimativas, que são influenciadas pelas condições de mercados vigentes no momento em que essa recuperabilidade é testada.

Item 10.6

a. os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

A Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que sejam classificados como *off-balance sheet items*.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

Item 10.7

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável, uma vez que a Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável, uma vez que a Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável, uma vez que a Companhia e sua controlada não possuem ativos ou passivos que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras.

Item 10.8

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 13 de maio de 2015, foi publicada pela ANEEL a Portaria nº 156/2016, que revisou extraordinariamente a Garantia Física da UHE Capivara.

Em setembro de 2015, foi assinado contrato de repotenciação e modernização das unidades geradoras UHE Capivara. Este projeto contempla a substituição das turbinas hidráulicas por outras de melhor rendimento, possibilitando um aumento de 8,1MW na garantia física da usina. A obra iniciou em 2016 e o montante estimado de R\$ 133 milhões.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Recursos próprios.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

No início de 2016, o acionista controlador Duke Energy anunciou a intenção de vender seus ativos na América Latina, o que resultou na venda da sua participação nas empresas estabelecidas no Brasil para a CTG no Brasil.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Em 02 de outubro de 2014 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, e pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.182/2015, publicada em 22 de abril de 2015, a aquisição da DEB, posteriormente chamada Rio Sapucaí-Mirim energia Ltda, pela Companhia, conforme informações detalhadas no item 6.5 deste formulário de referência, pelo preço de aquisição de R\$ 181 milhões de reais para compra e venda da totalidade da participação da Duke Energy International Brasil Ltda., atualmente denominada Rio Paranapanema Participações, sendo que o Preço de Aquisição ficou sujeito a

ajuste em decorrência da variação na posição da Dívida Líquida da Sociedade, no montante R\$ 10.434.027 (dez milhões e quatrocentos e trinta e quatro mil e vinte e sete reais), verificada entre 30 de junho de 2014 e a data de fechamento, 06 de maio de 2015, conforme veio a constar nas Demonstrações Financeiras de Fechamento. A data da consumação da cessão e transferência das Quotas da Rio Sapucaí-Mirim para a Companhia foi 07 de maio de 2015.

Essa operação, adicionou 32,5MW de capacidade instalada ao parque gerador da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

Não aplicável.

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

(ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

(iv) Montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

Item 10.9

No entendimento da Administração, todos os fatos relevantes que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e de sua controlada foram comentados nos demais itens desta seção.

ANEXO VII

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PARA O ANO DE 2017

Propor na Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada em 28 de abril de 2017, a fixação da remuneração global anual da administração no valor de até R\$13.263.200,00 (treze milhões, duzentos e sessenta e três mil e duzentos reais), sendo distribuído da seguinte maneira: (i) até R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para o Conselho de Administração, (ii) até R\$ R\$10.863.200,00 (dez milhões, oitocentos e sessenta e três mil e duzentos reais) para a Diretoria e (iii) até R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais) para o Conselho Fiscal.

ANEXO VIII

Informações indicadas no Item 13 do Formulário de Referência, observados os termos do artigo 12 da Instrução CVM n.º 481, de 7.12.2009.

Item 13.1

(a) Objetivos da Política ou Prática de Remuneração

As práticas de remuneração dos membros da administração da Companhia levam em consideração as responsabilidades assumidas, o tempo dedicado às suas funções, a competência e reputação profissional, bem como as condições de mercado.

As práticas e procedimentos de remuneração têm como premissas: (i) contribuir para a retenção de profissionais qualificados; (ii) assegurar o reconhecimento do desempenho dos profissionais; (iii) prover o balanceamento entre remuneração de curto, médio e longo prazos; e (iv) garantir remuneração competitiva aos administradores, observadas as práticas de mercado.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia atualmente é constituída por: (i) honorários de administrador, fixados no montante de um salário mínimo, por mês, para membros efetivos, e meio salário mínimo, por mês, para membros suplentes; e (ii) para aqueles conselheiros que sejam empregados da Companhia, de remuneração salarial.

Diretoria Estatutária

A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária da Companhia atualmente é constituída por: (i) honorários de administrador, fixados no montante de um salário mínimo por mês; e (ii) para aqueles diretores que sejam empregados da Companhia, de remuneração salarial.

Conselho Fiscal

Quanto ao Conselho Fiscal, a remuneração atende ao dispositivo legal aplicável que determina o valor mínimo de 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, é atribuída a cada diretor da Companhia, não computados benefícios, verbas de representação e participação dos lucros. A companhia ainda realiza o reembolso de despesas de locomoção e estadia necessárias

ao desempenho das funções dos conselheiros fiscais, nos termos da Lei nº 6.404/1976, conforme alterada.

A Companhia não possui comitês que percebem remuneração.

(b) Composição da Remuneração

A remuneração paga pela Companhia aos seus administradores é composta, conforme o caso, pelos seguintes elementos: (i) honorários de administrador e (ii) remuneração salarial, para aqueles administradores que sejam empregados da Companhia. Além disso, alguns administradores da Companhia são elegíveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (*Long Term Incentive Program – LTI*), estabelecido pela Duke Energy Corporation e composto por ações da controladora indireta (a Companhia não possui plano local envolvendo suas ações).

i) Descrição dos Elementos da Remuneração e os Objetivos de Cada um Deles

(1) honorários de administrador, remuneração paga a todos os membros do Conselho de Administração no valor de 1 (hum) salário mínimo por mês para membros efetivos e meio salário mínimo por mês para membros suplentes e membros da Diretoria Estatutária da Companhia no valor de 1 (hum) salário mínimo por mês;

(2) remuneração salarial, paga para aqueles administradores que sejam empregados da Companhia, composta dos seguintes elementos:

(2.a.) *salário base/encargos*, cujo objetivo é remunerar o administrador observadas as responsabilidades assumidas e o tempo dedicado às suas funções (ao qual é ainda acrescido o montante correspondente ao adicional por tempo de serviço (“ATS”), correspondente a 0,5% do salário base, para cada ano de serviço efetivamente prestado à Companhia até dezembro de 2010). Em janeiro de 2011, conforme Acordo Coletivo, o montante correspondente ao ATS acumulado até dezembro de 2010 foi incorporado ao salário, porém este valor continuará a ser destacado no comprovante de pagamento dos empregados. Tal elemento inclui ainda os valores pagos a título de encargos sociais;

(2.b.) *bônus*, remuneração variável com o objetivo de reconhecer o alcance de determinadas metas pelo administrador;

(2.c.) *benefícios*, compostos por vantagens sem natureza salarial oferecidas ao administrador como práticas da Companhia, dentro das práticas do mercado, tais como plano de saúde, plano odontológico, previdência privada, seguro de vida, vale refeição e alimentação, vaga de estacionamento e *check-up* anual;

(2.d.) *programa de participação nos resultados*, oferecido conforme Acordo Coletivo, é um valor determinado pelo Lucro Líquido da Companhia. O valor a ser distribuído corresponde a 1,15% do lucro líquido da Companhia a todos os empregados contemplados pelo referido Acordo Coletivo.

(3) Programa de Incentivo de Longo Prazo (*Long Term Incentive Program* – LTI), o qual é estabelecido pela Duke Energy Corporation e condicionado ao alcance de metas corporativas globais e/ou permanência do empregado, como parte da sua estratégia de retenção de profissionais no longo prazo e criação de valor para o negócio de forma sustentável. O programa concede ao executivo a oportunidade de receber uma remuneração baseada nas ações da Duke Energy Corporation (a Companhia não possui plano local envolvendo suas ações), o qual é definido e pago pela Duke Energy Corporation, sem ônus para a Companhia. O referido programa é outorgado apenas aos executivos que sejam elegíveis. Em 2016, o programa outorgou uma determinada quantidade de ações - "*performance shares*" (o administrador recebe um determinado número de ações ordinárias da Duke Energy Corporation e seus dividendos equivalentes, sendo que a quantidade de tais ações pode variar conforme performance de certas metas preestabelecidas) bem como "*restricted stock units*" (direito outorgado ao executivo de receber ações ordinárias da Duke Energy Corporation e seus dividendos equivalentes, cumprido o período de três anos. O número de ações pode variar de acordo com o cumprimento das metas corporativas globais e/ou permanência do empregado).

(ii) Proporção de cada Elemento na Remuneração Total

A proporção de cada elemento na remuneração total paga aos administradores da Companhia é a seguinte:

(1) *Conselho de Administração:*

Ano Base	2014	2015	2016
	% s/total	% s/total	% s/total
Honorário de Administrador	6%	6%	4%
Salário Base (incluindo encargos + verbas rescisórias)	65%	70%	74%
Benefícios	21%	17%	9%

Bônus	4%	5%	10%
Participação nos Resultados	4%	2%	3%
	100%	100%	100%

Nota: Ocorrendo a cumulação de cargos de Diretor Estatutário e membro do Conselho de Administração, os valores de remuneração salarial foram considerados apenas na Diretoria, a fim de evitar duplicidade.

(2) Diretoria:

Ano Base	2014	2015	2016
	% s/total	% s/total	% s/total
Honorário de Administrador	1%	1%	1%
Salário Base (incluindo encargos + verbas rescisórias)	69%	69%	64%
Benefícios	6%	5%	6%
Bônus	22%	24%	27%
Participação nos Resultados	2%	1%	2%
Pró-labore	0%	0%	0%
	100%	100%	100%

Nota 1: Ocorrendo a cumulação de cargos de Diretor Estatutário e membro do Conselho de Administração, os valores de remuneração salarial foram considerados apenas na Diretoria, a fim de evitar duplicidade.

Nota 2: A Companhia pagou em 2016 R\$2,07 mil, 2015 R\$ 1,82 mil e R\$ 0,0 mil em 2014 a título de *gratificações*, não inclusos nos valores do quadro acima. Esses valores referem-se a gratificações concedidas pela Companhia nos termos do plano de retenção global de administradores definido pela controladora indireta, sendo seu valor estabelecido em função da performance da Duke Energy Corporation, verificada quando do fechamento de balanços intermediários e distribuição de lucros por tal entidade.

(3) Conselho Fiscal:

Ano Base	2014	2015	2016
	% s/total	% s/total	% s/total
Honorários (incluindo encargos)	95%	98%	98%
Despesas	5%	2%	2%
	100%	100%	100%

(iii) Metodologia de Cálculo e de Reajuste de Cada um dos Elementos da Remuneração

O montante global da remuneração dos administradores da Companhia é fixado pela assembleia geral de acionistas da Companhia a cada exercício social. A fixação da remuneração dos administradores da Companhia leva em consideração suas respectivas responsabilidades, sua competência e reputação profissional, bem como o tempo dedicado às suas funções. Como premissa básica de aprovação, a remuneração dos administradores da Companhia deverá se tratar de um custo sustentável e que não comprometa outros investimentos do negócio.

Os reajustes de remuneração de todos os administradores são baseados em práticas de mercado, livre negociação entre as partes, adotando-se em geral: (1) com relação ao salário base, o mesmo é reajustado (a) com base nas negociações de Acordo Coletivo, na data base de 1º de junho, (b) eventuais ajustes relacionados a mérito com base no desempenho anual individual do administrador, para aqueles administradores que sejam empregados da Companhia; e (2) com relação a benefícios assistenciais, o reajuste observa o quanto disposto em Acordo Coletivo, para aqueles administradores que sejam empregados da Companhia.

A Companhia contrata a empresa Korn Ferry Hay Group do Brasil para realizar pesquisa bianual de remuneração para análise da competitividade da remuneração dos administradores da Companhia frente ao mercado selecionado, mercado este composto por empresas que apresentam sólidas práticas em recursos humanos e/ou do mesmo segmento e porte da Companhia.

(iv) Razões que Justificam a Composição da Remuneração

A estrutura de remuneração dos administradores da Companhia foi desenvolvida para atender às necessidades estratégicas do negócio, de modo a atrair, reter e motivar um quadro de administradores de alto nível, incentivando o comprometimento com os resultados de curto, médio e longo prazo da Companhia. Ademais, a composição da remuneração visa assegurar a competitividade do pacote total de remuneração comparado com o mercado, garantindo a retenção e motivação de administradores.

(v) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para este fato

Existem dois membros do Conselho de Administração que não percebem remuneração da Companhia, uma vez que renunciaram ao recebimento dos honorários de administrador em razão da dificuldade operacional de realizar pagamentos de valores em contas bancárias estrangeiras.

Entretanto, tais membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme explicado em outros itens deste Formulário de Referência, exercem também cargos em outras empresas do grupo econômico da Companhia no exterior e, desta forma, recebem remuneração diretamente de tais empresas, sem ônus para a Companhia.

(c) Principais Indicadores de Desempenho que são Levados em Consideração na Determinação de Cada Elemento da Remuneração

Dentre os elementos de remuneração dos administradores da Companhia, seguem abaixo aqueles cujos cálculos levam em consideração indicadores de desempenho:

- Salário Base/Encargos: são levados em consideração as práticas de mercado observadas para empresas que apresentam sólidas práticas em recursos humanos e/ou do mesmo segmento e porte da Companhia;
- Programa de Participação nos Resultados: determinado pelo Lucro Líquido da Companhia, sendo distribuídos 1,15% do lucro líquido a todos os empregados contemplados pelo Acordo Coletivo;
- Benefícios: são levadas em consideração as práticas de mercado observadas para empresas que apresentam sólidas práticas em recursos humanos e/ou do mesmo segmento e porte da Companhia;
- Bônus: para efeito de pagamento de bônus de empregados existe a avaliação de desempenho a qual é realizada anualmente de acordo com metas corporativas e individuais preestabelecidas pela Companhia e revistas anualmente. As metas a serem atingidas pelos administradores da Companhia têm pesos específicos e também são revistas anualmente.

A tabela abaixo demonstra, para fins de cálculo do Bônus, o peso de cada meta na avaliação de desempenho de membros da administração da Companhia em função do exercício de suas atividades:

Todos Administradores

EPS	Excelência Operacional	Satisfação de Clientes	Metas Individuais/Time
30%	15%	5%	50%

Nota: EPS significa "Earnings per share" da Duke Energy Corporation (Lucro por ação).

(d) Como a Remuneração é Estruturada para Refletir a Evolução dos Indicadores de Desempenho

A evolução dos indicadores de desempenho está presente na estrutura de remuneração através dos méritos, promoções e bônus (metas corporativas e individuais/time). O acompanhamento dos indicadores é realizado mensalmente e a apuração final dos resultados é feita pela Companhia até o final do segundo mês do ano subsequente ao exercício.

(e) Como a Política ou Prática de Remuneração se Alinha aos Interesses da Companhia de Curto, Médio e Longo Prazo

A Companhia dispõe de uma prática de remuneração variável que leva em consideração metas corporativas e individuais/time. A prática de remuneração da Companhia tem por objetivo atribuir aos seus administradores incentivos de curto, médio e longo prazo. As metas baseiam-se, principalmente em resultados, eficiência operacional, saúde e segurança, e metas individuais alinhadas à estratégia de negócios.

As práticas de remuneração da Companhia são sustentadas ainda pelos seguintes princípios operacionais estabelecidos aos seus administradores e/ou empregados:

- **Trabalho em equipe:** *trabalhamos como um time com o objetivo comum de fazer o que é certo e de forma a atender, da melhor maneira, os interesses da Duke Energy e seus públicos de relacionamento. Como equipe, apoiamos uns aos outros e adotamos um comportamento franco e sincero em nossas relações.*
- **Segurança:** *desenvolvemos e mantemos uma cultura de classe mundial de Zero Enfermidade e Lesão, em que ter consciência sobre os assuntos de segurança e evitar comportamentos de risco entre empregados e contratados é um modo de conduta, e práticas inseguras não sejam toleradas.*
- **Respeito mútuo:** *tratamos com respeito uns aos outros e também os públicos com os quais nos relacionamos.*
- **Sustentabilidade:** *conduziremos nosso negócio de maneira ambientalmente responsável e sustentável.*
- **Comunicação:** *valorizamos a comunicação aberta, franca e constante. Encorajamos outras pessoas a nos abordar para discutir qualquer assunto importante para o nosso negócio, principalmente no que se refere à segurança, e consideramos tal atitude bem-vinda.*
- **Diversidade:** *acolhemos e aceitamos as diferenças culturais, origens e experiências, enxergando-as como forças ao invés de fraquezas. Valorizamos a diversidade de opinião.*

- ***Ética, integridade e responsabilidade:*** em nossas transações dentro e fora da empresa, mantemos uma conduta ética, com o mais alto nível de integridade, e assumimos a responsabilidade por nossas ações.
- ***Criatividade e iniciativa:*** reconhecemos que para melhorar o nosso desempenho e aumentar a nossa competitividade é necessário que tenhamos iniciativa, sejamos criativos e desafiemos tanto a nós mesmos como uns aos outros.
- ***Desenvolvimento dos empregados:*** investimos em nosso ativo mais importante — nossos empregados — por meio de programas e treinamentos concebidos para ajudar cada um a crescer e alcançar o seu pleno potencial.
- ***Envolvimento nas comunidades:*** junto com a empresa, apoiamos e nos envolvemos ativamente nas comunidades onde atuamos.

(f) Existência de Remuneração Suportada por Subsidiárias, Controladas ou Controladores Diretos ou Indiretos

Alguns administradores da Companhia são elegíveis ao programa de incentivo de longo prazo (*Long Term Incentive Program* – LTI), estabelecido pela Duke Energy Corporation e composto por ações da controladora indireta (a Companhia não possui plano local envolvendo suas ações), conforme descrito no item 13.1(b)(i)(3) acima.

Determinados administradores da Companhia também exercem cargos em outras empresas do seu grupo econômico no Brasil e/ou exterior e, desta forma, recebem remuneração diretamente de tais empresas, sem ônus para a Companhia.

(g) Existência de Qualquer Remuneração ou Benefício Vinculado à Ocorrência de Determinado Evento Societário, tal Como a Alienação do Controle Societário da Companhia

Não há remuneração ou benefícios vinculados a ocorrência de eventos societários.

Item 13.2

13.2. Remuneração Reconhecida no Resultado dos 3 Últimos Exercícios Sociais e Prevista para o Exercício Social Corrente do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal

Remuneração Total do Exercício Social em 31/12 - Valores Anuais												
	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal			Total		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016	2014	2015	2016
No de Membros	6,00	6,00	6,00	5,00	5,25	6,00	6,00	6,00	6,00	17,00	17,25	18,00
No de Membros Remunerados	5,00	5,00	4,00	5,00	5,25	6,00	6,00	6,00	6,00	16,00	16,25	16,00
Remuneração fixa anual												
Salário ou pró-labore	62.972,64	138.519,47	352.324,39	2.834.119,94	4.052.729,97	3.602.037,53	757.561,67	772.200,00	815.400,00	3.654.654,25	4.963.449,44	4.769.761,91
Benefícios direto e indireto	87.456,67	85.738,29	55.137,03	134.901,63	167.380,14	241.401,61				222.358,30	253.118,43	296.538,65
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros - Honorários + Encargos	348.749,88	432.554,39	344.842,87	1.220.536,88	1.604.674,37	1.670.145,44	151.512,33	154.440,00	163.080,00	1.720.799,09	2.191.668,78	2.178.068,31
Remuneração variável												
Bônus	17.245,04	26.791,84	65.221,40	965.252,62	1.435.486,16	1.639.994,26				982.497,66	1.462.278,00	1.705.215,66
Participação de resultados	20.383,57	16.826,08	28.331,64	132.067,94	104.168,87	191.898,61				152.451,51	120.994,95	220.230,25
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
Outros - Gratificação + Encargos	6.087,50	9.457,52	23.023,16	340.734,17	508.549,87	580.988,37	47.129,55	22.114,57	17.496,67	393.951,22	540.121,96	621.508,20
Pós-emprego												
Cessação do cargo	33.069,24	44.328,59	25.572,83	190.585,97	225.493,57	282.211,81				223.655,21	269.822,18	307.784,64
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00	34.419,76	36.909,40				0,00	34.419,76	36.909,40
Total da remuneração	575.964,53	754.216,17	894.853,32	5.818.109,15	8.132.902,71	8.245.587,03	956.203,55	948.754,57	995.976,67	7.350.367,23	9.835.873,45	10.136.017,02

Nota 1: Número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, incluindo membros efetivos e suplentes. Ademais, o item "Número de Membros Remunerados" representa média anual do número de membros que recebem remuneração da Companhia pelo cargo estatutário desempenhado em cada órgão social e que não renunciaram à remuneração relativa aos honorários de administradores apurado mensalmente, incluindo membros efetivos e suplentes.

Nota 2: Valores referem-se à remuneração paga a todos os administradores que ocuparam tais posições durante o exercício de 2016.

Nota 3: A Companhia pagou em 2016 R\$2,07 mil, 2015 R\$ 1,82 mil e R\$ 0,0 mil em 2014 a título de *gratificações*, incluindo nos valores do quadro acima na linha "Outros – Gratificação + Encargos, em Remuneração variável". Esses valores referem-se a gratificações concedidas pela Companhia nos termos do plano de retenção global de administradores definido pela controladora indireta, conforme mencionado no item 13.1(b)(i)(3) deste Formulário de Referência.

Nota 4: Os valores considerados na linha de pós-emprego referem-se aos valores do Plano de Previdência oferecido pela Companhia.

Nota 5: A Companhia não possui programa de remuneração baseado em ações de sua emissão. Entretanto, em razão do contido na Deliberação CVM nº 615, que aprovou a Interpretação Técnica ICPC 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao pronunciamento técnico CPC 10, a Companhia reconheceu como despesas relativas ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (Long Term Incentive Program – LTI), estabelecido pela Duke Energy Corporation e composto por ações da controladora indireta, conforme mencionado no item 13.1(b)(i)(3) deste Formulário de Referência. Os montantes pagos relativo à esse Programa foram de R\$ 37 mil em 2016, R\$ 34 mil em 2015 e R\$ 0 mil em 2014 e estão incluídos nos valores do quadro acima na linha de "Baseada em Ações". Vale ressaltar que a remuneração e o custo referentes a tal plano são pagos e ainda reconhecidos no resultado da Duke Energy Corporation.

Nota 6: Na linha "Outros" do quadro da Remuneração Fixa estão incluídos os valores dos Encargos Sociais que sejam ônus do Empregador referentes à remuneração fixa anual e os honorários pagos aos membros dos órgãos da Companhia.

Nota 7: Na linha de "Outros" do quadro da Remuneração Variável estão incluídos os valores dos Encargos Sociais que sejam ônus do Empregador referentes ao pagamento de Bônus e os valores pagos à título de *gratificações* (Nota 3).

Com relação ao exercício social corrente, a remuneração dos administradores será objeto de deliberação na próxima assembleia geral ordinária prevista para ocorrer no dia 28.04.2017, observada a proposta da seguinte remuneração global da administração de até R\$13.263.200 (treze milhões, duzentos e sessenta e três mil e duzentos reais), a ser distribuída da seguinte maneira: (i) até R\$ 1.200.000 (um milhão e duzentos mil reais) para o Conselho de Administração, (ii) até R\$10.863.200 (dez milhões, oitocentos e sessenta e três mil e duzentos reais) para a Diretoria e (iii) até R\$1.200.000 (um milhão e duzentos mil reais) para o Conselho Fiscal, conforme abaixo discriminado.

Remuneração Total - Previsão para 2017 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
No de Membros	7	6	6	19
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	472.679	4.745.527	961.600	6.179.806
Benefícios direto e indireto	73.972	318.036	0	392.008
Participações em comitês	0	0	0	0
Outros - Honorários + Encargos	462.642	2.200.344	166.320	2.829.305
Remuneração variável	0	0	0	0
Bônus	87.501	2.160.621	0	2.248.122
Participação de resultados	38.010	252.818	0	290.828
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros - Encargos	30.888	765.427	72.080	868.395
Pós-emprego	34.309	371.802	0	406.110
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações	0	48.627	0	48.627
Total da remuneração	1.200.000	10.863.200,00	1.200.000	13.263.200

Item 13.3

Exercício Encerrado em 31.12.2014, 31.12.2015 e 31.12.2016.

Órgão	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária		
	ANO BASE	ANO BASE	ANO BASE	ANO BASE	ANO BASE	ANO BASE
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Número Total de membros	6	6	6	5	6	6
Número de membros Remunerados	2	2	2	4	5	5
Em relação ao bônus:						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 38.039	R\$ 59.206	R\$ 101.822	R\$ 2.022.887	R\$ 2.511.635	2.789.489,66
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	R\$ 23.054	R\$ 35.883	R\$ 61.710	R\$ 1.225.992	R\$ 1.522.203	1.690.599,79
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 23.333	R\$ 36.249	R\$ 88.245	R\$ 1.305.987	R\$ 1.942.213	R\$ 2.218.912
Em relação à participação no resultado:						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	0	0	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	vide nota 4	vide nota 4	vide nota 4	vide nota 4	vide nota 4	vide nota 4
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	vide nota 4	vide nota 4	vide nota 4	vide nota 4	vide nota 4	vide nota 4
Valor efetivamente reconhecido	R\$ 20.384	R\$ 16.826	R\$ 28.332	R\$ 132.068	R\$ 104.169	R\$ 191.899

Nota 1: Valores referem-se à remuneração variável paga a todos os administradores que ocuparam tais posições durante os exercícios de 2014 à 2016, já considerando encargos sociais suportados pelo empregador.

Nota 2: Número de membros refere-se ao número de Diretores e Conselheiros, incluindo membros efetivos e suplentes. O item "Número de Membros Remunerados" representa o número de membros que recebem remuneração variável da Companhia pelo cargo estatutário desempenhado em cada órgão social e que não renunciaram à remuneração relativa aos honorários de administradores.

Nota 3: Ocorrendo a cumulação de cargos de Diretor Estatutário e membro do Conselho de Administração, os valores de remuneração salarial foram considerados apenas na Diretoria, a fim de evitar duplicidade.

Nota 4: Em relação à participação no resultado, tal valor é determinado pelo Lucro Líquido da Companhia sendo distribuído o montante de 1,15% do lucro líquido a todos os empregados contemplados pelo Acordo Coletivo. Não existe um valor máximo para distribuição.

Previsão 2017

Órgão	Previsão 2017	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número Total de membros	7	6
Número de membros Remunerados	2	3
<u>Em relação ao bônus:</u>		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	R\$ 115.002	R\$ 1.680.538
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	R\$ 69.698	R\$ 1.018.508
<u>Em relação à participação no resultado:</u>		
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	vide nota 3	vide nota 3
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	vide nota 3	vide nota 3

Nota 1: Número de membros refere-se ao número de Diretores e Conselheiros, incluindo membros efetivos e suplentes. Valores referem-se à remuneração variável prevista para todos os administradores que ocuparem tais posições durante o exercício de 2017, já considerando encargos sociais suportados pelo empregador. O item "Número de Membros Remunerados" representa o número de membros que receberão remuneração variável da Companhia pelo cargo estatutário desempenhado em cada órgão social e que não renunciaram à remuneração relativa aos honorários de administradores.

Nota 2: Ocorrendo a cumulação de cargos de Diretor Estatutário e membro do Conselho de Administração, os valores de remuneração salarial serão considerados apenas na Diretoria, a fim de evitar duplicidade.

Nota 3: Em relação à participação no resultado, tal valor é determinado pelo Lucro Líquido da Companhia sendo distribuído o montante de 1,15% do lucro líquido da Companhia a todos os empregados contemplados pelo Acordo Coletivo. A Companhia não possui um plano formal de previsão de valores para 2017.

Item 13.4

Não há plano de remuneração baseado em ações de emissão da Companhia aos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária. No entanto, alguns administradores da Companhia eram elegíveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (*Long Term Incentive Program* – LTI), estabelecido pela Duke Energy Corporation, quando a Companhia era parte daquele Grupo econômico, e composto por ações da antiga controladora indireta, Duke Energy Corporation, conforme mencionado no item 13.1(b)(i)(3) acima, cujos principais termos e condições são os seguintes:

	Diretores Estatutários e Conselho de Administração
a) Termos e condições gerais:	<p>Era estabelecido pela Duke Energy Corporation nos Estados Unidos da América como parte de estratégia de retenção de seus administradores a longo prazo.</p> <p>Para 2016, determinados administradores, elegíveis pela Duke Energy Corporation, foram beneficiados com uma porcentagem de seu salário anual como remuneração em ações, com base no preço de mercado na data de recebimento das ações, de acordo com o atingimento de determinadas metas definidas:</p> <p>Administradores Seniores: (i) 70% (setenta por cento) na forma de "<i>performance shares</i>" (a quantidade de tais ações pode variar conforme performance de certas metas preestabelecidas); (ii) 30% (trinta por cento) na forma de "<i>restricted stock units</i>" (1/3 das ações são disponibilizadas a cada aniversário da data em que foram concedidas se o executivo permanecer no grupo ou for apto a se aposentar).</p> <p>Demais Administradores: 100% (cem por cento) de "<i>restricted stock units</i>" (1/3 das ações são disponibilizadas a cada aniversário da data em que foram concedidas se o executivo permanecer no grupo ou for apto a se aposentar).</p>
b) Principais objetivos do plano:	<p>O programa, o qual era estabelecido pela Duke Energy Corporation e era condicionado ao alcance de metas corporativas globais e/ou permanência no grupo, fazia parte da estratégia do Grupo Duke Energy de retenção de longo prazo de profissionais.</p>
c) Forma como o plano contribui para esses objetivos:	<p>Seu desembolso dependia da verificação de resultados globais (financeiros e performance) da Duke Energy Corporation e/ou permanência daquele administrador no grupo.</p>
d) Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia:	<p>Conforme descrito no Item 13.1(b)(i)(3) acima, este programa complementava, quando a Companhia era parte integrante do Grupo Duke Energy Corporation, a estratégia de remuneração total de seus executivos, contribuindo para a formação de visão de sustentabilidade do negócio e retenção de executivos a longo prazo.</p>

e) Como o plano alinha os interesses dos executivos e da Companhia a curto, médio e longo prazo:	O programa foi desenvolvido para atender às necessidades estratégicas do negócio, de modo a atrair, reter e motivar um quadro de executivos de alto nível incentivando o comprometimento com os resultados de curto, médio e longo prazo da Companhia, o qual foi descontinuado quando a Companhia deixou de fazer parte do Grupo Econômico Duke Energy.
f) Número máximo de ações abrangidas:	25.000.000
g) Número máximo de opções a serem outorgadas:	Não aplicável.
h) Condições de concessão de ações:	Para 2016, o programa envolveu a outorga de determinada quantidade de " <i>Performance Shares</i> " e " <i>restricted stock units</i> ", observada a proporção descrita no item (a) acima.
i) Critérios para fixação do preço de concessão:	Baseado no preço de mercado das ações da Duke Energy Corporation no fechamento da data da concessão.
j) Critérios para fixação do prazo de exercício:	Não aplicável.
k) Forma de liquidação:	Ações da Duke Energy Corporation, tanto para <i>Performance Shares</i> quanto para <i>Restricted Stock Units</i> (quando de seu recebimento, sujeito ao cumprimento dos requerimentos mencionados na alínea "a" acima).
l) Restrições à transferência das ações:	Após o cumprimento dos requerimentos, ficava a critério do administrador manter ou negociar suas ações, seguindo os requerimentos legais e os procedimentos da Companhia.
m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do programa:	A Duke Energy Corporation poderia, a qualquer tempo, modificar os termos e condições, incluindo ou excluindo executivos elegíveis, bem como ainda estabelecer regulamentação aos casos omissos. Vale lembrar que o programa foi descontinuado quando a Companhia deixou de fazer parte do Grupo Econômico Duke Energy.
n) Efeitos da saída do executivo dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no programa de remuneração baseado em ações:	O ex-executivo mantém o direito sobre as ações por ele já possuídas e poderá negociá-las após o cumprimento dos requerimentos. As ações a ele concedidas, mas ainda não disponibilizadas, observados os termos do programa, poderiam ser total ou parcialmente canceladas, conforme o caso. Em alguns casos, poderia-se aplicar regras para administradores que deixarem a empresa depois de se tornarem elegíveis para aposentadoria.

Vale esclarecer que, após a efetivação da transferência do controle indireto da Companhia do Grupo Duke Energy para a *China Three Gorges Corporation*, no dia 29 de dezembro de 2016, o Programa de Incentivo de Longo Prazo foi descontinuado, uma vez que tal programa era estabelecido pela Duke Energy Corporation.

Item 13.5

A Companhia não possui programa de remuneração baseado em ações de sua emissão.

Entretanto, alguns administradores da Companhia são elegíveis ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (*Long Term Incentive Program* – LTI), estabelecido pela Duke Energy Corporation e composto por ações da controladora indireta, conforme mencionado no item 13.1(b)(i)(3) acima. A remuneração e o custo referentes a tal plano são pagos e ainda reconhecidos no resultado da Duke Energy Corporation.

A Companhia reconheceu, tendo em vista a publicação em dezembro de 2009 da Deliberação CVM nº 615, que aprovou a Interpretação Técnica ICPC 05 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente ao pronunciamento técnico CPC 10, como despesas relativas ao plano baseado em ações da Controladora para pagamento aos membros da Administração da Companhia, o montante de R\$ 37 mil em 2016, R\$ 34 mil em 2015 e R\$ 0 mil em 2014.

Item 13.6

A Companhia não possui programa de remuneração baseado em ações de sua emissão.

Item 13.7

A Companhia não possui programa de remuneração baseado em ações de sua emissão.

Item 13.8

Não aplicável, pois a Companhia não possui programa de remuneração baseado em ações de sua emissão.

Item 13.9

Ações de emissão da Companhia	Ordinárias	Preferenciais	Total
Diretoria	1	1	2
Conselho de Administração	0	0	0
Conselho Fiscal	38.300	34.400	72.700

Nota: Informações com data-base 31.12.2016.

Ações emitidas pela Duke Energy Corporation:

Ações de emissão da Duke Energy Corporation	Total
Diretoria	12.063
Conselho de Administração	125.747

Nota: Informações com data-base 31.12.2016.

Item 13.10

Órgão Planos de Previdência	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	PADE BRADESCO	FUNDAÇÃO CESP	PADE BRADESCO	FUNDAÇÃO CESP
Número Total de membros		6	6	
Número de membros Remunerados	1	1	4	1
Nome do Plano	PADE - BRADESCO	FUNDAÇÃO CESP	PADE - BRADESCO	FUNDAÇÃO CESP
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	1	Nenhum	3	1
Condições para se aposentar antecipadamente	Nenhum	Nenhum	Nenhum	Nenhum
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 355.305	R\$ 881.333	R\$ 4.642.016	R\$ 2.952.158
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores.	R\$ 14.016	R\$ 11.557	R\$ 254.699	R\$ 27.513
Se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	<p>Sim, há possibilidade de resgate antecipado de acordo com o regulamento do plano, conforme condições abaixo: Na data do término de vínculo empregatício, será garantido o resgate do saldo total do administrador acumulado no Plano correspondente às suas contribuições, devidamente atualizadas pela rentabilidade do Fundo. O resgate será tributado conforme legislação vigente. O administrador que se desligar do Plano antes do término do vínculo empregatício com a Companhia, não terá direito a qualquer parcela do saldo de conta de reserva do administrador – parte Companhia, cabendo somente o resgate total das contribuições efetuadas por ele ao Plano.</p>		<p>Sim, há possibilidade de resgate antecipado de acordo com o regulamento do plano, conforme condições abaixo: Na data do término de vínculo empregatício, será garantido o resgate do saldo total do administrador acumulado no Plano correspondente às suas contribuições, devidamente atualizadas pela rentabilidade do Fundo. O resgate será tributado conforme legislação vigente. O administrador que se desligar do Plano antes do término do vínculo empregatício com a Companhia, não terá direito a qualquer parcela do saldo de conta de reserva do administrador – parte Companhia, cabendo somente o resgate</p>	

Nota 1: O item “Número de Membros Remunerados” representa o número de membros que recebem remuneração pelo cargo estatutário desempenhado em cada órgão social da Companhia e que estão vinculado a cada plano de previdência oferecido pela Companhia.

Nota 2: Informações com data-base 31.12.2016

Item 13.11

Reais	Conselho de Administração			Diretoria Estatutária			Conselho Fiscal		
	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
Número Total de membros	6,00	6,00	6,00	5,00	5,25	6,00	6,00	6,00	6,00
Número de membros Remunerados	5,00	5,00	4,00	5,00	5,25	6,00	6,00	6,00	6,00
Valor da maior remuneração	249.001,28	321.015,25	502.746,71	1.680.026,86	1.917.743,95	1.895.355,16	202.080,00	205.920,00	217.440,00
Valor da menor remuneração	224.658,63	77.006,23	363.650,04	1.327.179,67	1.536.704,48	1.511.510,58	101.040,00	102.960,00	108.720,00
Valor médio da remuneração	115.192,91	150.843,23	223.613,33	1.163.639,83	1.549.124,33	1.374.264,50	159.367,26	158.125,76	165.996,11

Conselho de Administração:

Nota 1: Valores referem-se a remuneração paga a todos os membros do Conselho de Administração que ocuparam tais posições pelo período de 12 meses, durante o exercício 2016.

Nota 2: O item "Número de Membros Remunerados" representa o número de membros que recebem remuneração da Companhia pelo cargo estatutário desempenhado em cada órgão social e que não renunciaram à remuneração relativa aos honorários de administradores durante cada exercício social.

Nota 3: Ocorrendo a cumulação de cargos de Diretor Estatutário e membro do Conselho de Administração, os valores de remuneração salarial foram considerados apenas na Diretoria, a fim de evitar duplicidade.

Nota 4: O valor médio da remuneração corresponde à divisão do valor total da remuneração do órgão pelo número de membros que não renunciaram à remuneração durante o ano.

Diretoria Estatutária:

Nota 1: Valores referem-se a remuneração paga a todos os Diretores Estatutários que ocuparam tais posições pelo período de 12 meses, durante o exercício de 2016.

Nota 2: Número de membros corresponde à média anual do número de Diretores Estatutários apurado mensalmente, incluindo membros efetivos e suplentes.

Nota 3: Ocorrendo a cumulação de cargos de Diretor Estatutário e membro do Conselho de Administração, os valores de remuneração salarial foram considerados apenas na Diretoria, a fim de evitar duplicidade.

Nota 4: O valor médio da remuneração corresponde à divisão do valor total da remuneração do órgão pelo número de membros que não renunciaram à remuneração durante o ano.

Conselho Fiscal:

Nota 1: Valores referem-se a remuneração paga a todos os membros do Conselho Fiscal que ocuparam tais posições pelo período de 12 meses, durante o exercício de 2016. Valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de dois membros que permaneceram por menos de 12 meses, durante o exercício de 2015.

Nota 2: Número de membros corresponde ao número de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal que percebem remuneração.

Item 13.12

Não há arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturem mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso da destituição do cargo ou de aposentadoria.

Item 13.13

Os percentuais da remuneração total de cada órgão reconhecida nos resultados da Companhia referente a administradores que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos e indiretos, da Companhia são os seguintes:

Percentual	2014	2015	2016
Conselho de Administração	3,32%	4,51%	3,13%
Diretoria Estatutária	0,21%	0,14%	0,15%

Item 13.14

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal, por qualquer razão que não a função que ocupam.

Item 13.15

A Duke Energy International, Brasil Ltda., controladora direta da Companhia, reconheceu, em seus resultados dos exercícios sociais encerrados no período de 2014 a 2016, a remuneração a título de salário e encargos, concedida a integrantes da Diretoria Estatutária e do Conselho de Administração da Companhia no valor de:

	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
Diretoria Estatutária	R\$ 3.413.313	R\$ 4.788.684	R\$ 11.325.819
Conselho de Administração	R\$ 998.359	R\$ 1.229.032	R\$ 452.631

A Duke Energy Corporation, controladora indireta da Companhia, reconheceu em seus resultados dos exercícios sociais encerrados no período de 2014 a 2016, a remuneração de diretores estatutários elegíveis, a título de remuneração salarial, bônus e benefícios (inclusive no âmbito do programa de incentivo de longo prazo (*Long Term Incentive Program – LTI*), conforme descrito no item 13.1(b)(i)(3) acima), no valor bruto de:

	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
Diretoria Estatutária	US\$ 901.624	US\$ 1.077.123	US\$ 619.616

A Duke Energy Corporation, controladora indireta da Companhia, reconheceu em seus resultados dos exercícios sociais encerrados no período de 2014 a 2016, a remuneração de membros do Conselho de Administração elegíveis, a título de remuneração salarial, bônus e benefícios (inclusive no âmbito do programa de incentivo de longo prazo (*Long Term Incentive Program – LTI*), conforme descrito no item 13.1(b)(i)(3) acima), no valor de:

	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016
Conselho de Administração	US\$ 1.957.533	US\$ 1.896.002	US\$ 1.500.884

Os administradores mencionados neste item exercem outras funções além dos cargos estatutários que ocupam na Companhia, podendo ainda ser funcionários de empresas controladas pela Duke Energy Corporation.

Item 13.16

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes.